



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Como já esperávamos, 2018 foi mais um ano desafiador para o Brasil, com uma lenta retomada econômica e índices de desemprego ainda elevados. É verdade que as perspectivas econômicas eram positivas há pouco mais de um ano, mas logo no primeiro semestre o País foi surpreendido pela greve geral dos caminhoneiros. A paralisação, que se estendeu por dez dias, impactou o abastecimento de itens básicos à população e afetou todos os setores da economia.

Em meio a esse cenário adverso, coube à CSN Mineração fazer ainda mais – e o resultado foi positivo. A companhia encerrou o ano com uma produção total de 35,2 milhões de toneladas de minério de ferro e avançou com a estratégia de uso da planta de filtragem de rejeitos, proporcionando menor dependência da utilização das barragens, processo que foi concluído no ano de 2019.

Aqueles acontecimentos apontaram para um momento de incertezas na área de Mineração, mas seguimos determinados e motivados na busca pela produtividade, eficiência e segurança, com a intensificação do uso de novas tecnologias, como o caso do processamento de minério a seco, permitindo-nos trilhar sempre o caminho da excelência.

Benjamin Steinbruch

Presidente do Conselho de Administração



2- A EMPRESA

A CSN Mineração apresentou um incremento de 7% nas vendas em 2018, comparado com o ano anterior. Do lado da produção total, a empresa encerrou o ano com 35,2 milhões de toneladas e um dos custos de produção mais baixos do setor.

3- PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS e INVESTIMENTOS

Em 2018 a CSN comercializou cerca de 35,2 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 5,2 milhões de toneladas tiveram como destino a Usina Presidente Vargas, da sua controladora CSN. O TECAR, terminal portuário operado pela CSN Mineração S.A., localizado no Porto de Itaguaí, por sua vez, embarcou cerca de 30 milhões de toneladas de minério de ferro em 2018.

A CSN Mineração possui diretamente 18,63% do capital da MRS, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo - Belo Horizonte.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados heavy haul (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado cerca de 119 milhões de toneladas em 2018, equivalente a 68,2% do total transportado pela Companhia.

No setor de contêineres a MRS manteve sua posição entre os maiores transportadores do setor ferroviário nacional, transportando 1,98 milhão de contêineres em 2018, ante o volume transportado de 1,84 milhão de contêineres em 2017 e de 1,78 milhão em 2016.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro vendido pela CSN Mineração é transportada pela MRS, seja diretamente para a controladora CSN, seja para o terminal portuário TECAR, por onde são realizados os embarques das exportações.

4- EVENTOS SOCIETÁRIOS RELEVANTES

Em 2018 não ocorreu nenhum evento ou operação societária relevante, nos termos da legislação em vigor.

5- GOVERNANÇA CORPORATIVA

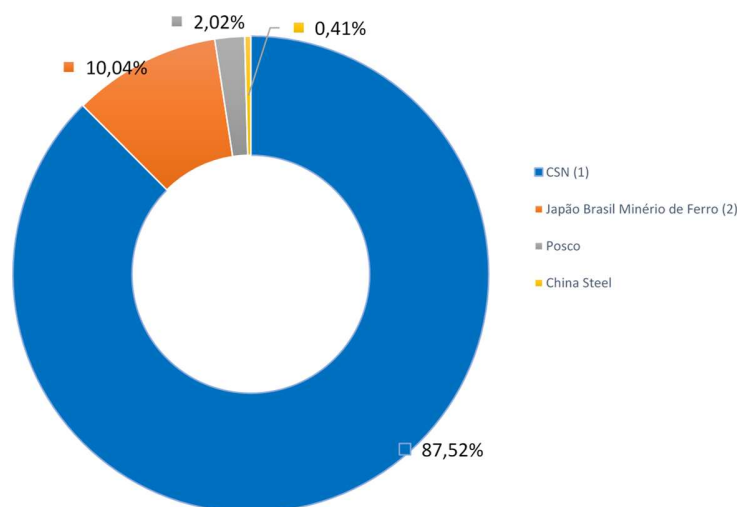
Relações com Investidores

A CSN continua ampliando seus canais de comunicação, visando aumentar a sua transparência e exposição, bem como das demais companhias que compõem o Grupo Econômico CSN, dentre elas a CSN Mineração, por meio de novas coberturas de instituições financeiras e participações em eventos e conferências.

Capital Social

O capital social da CSN Mineração é dividido em 181.001.902 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

CSN Mineração - Composição do Capital Social em 31/12/2018 (%)



(1) Grupo Controlador

(2) Consórcio Asiático formado pelas empresas Itochu, JFE Steel, Kobe Steel e Nisshin

Assembleia Geral de Acionistas

Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, os acionistas reúnem-se em Assembleia Geral para deliberar sobre as contas apresentadas pelos administradores, as demonstrações financeiras, a destinação do resultado do exercício, eventual distribuição de dividendos, sendo que a cada dois anos, também deliberam sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral também ocorre extraordinariamente, sempre que necessário, para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por até onze membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas em calendário anual, pelo menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de dois anos, com possibilidade de reeleição. Atualmente o Conselho de Administração é composto por cinco membros. O Conselho de Administração deve, entre outras atribuições, definir e acompanhar as políticas e estratégias da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria Executiva e decidir sobre assuntos relevantes envolvendo os negócios e operações da CSN. É responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva, podendo também, se necessário, criar comitês especiais para seu assessoramento.

Diretoria Executiva

Atualmente composta por cinco Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui os poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição.



Auditoria Interna

O Grupo Econômico CSN dispõe de uma Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, com atuação independente dentro da organização, vinculada ao conselho de administração da Companhia, conforme Art.19, VIII do estatuto social. As atividades dessa diretoria abrangem todas as companhias do Grupo Econômico CSN, dentre elas a CSN Mineração.

A equipe da auditoria interna possui metodologia e ferramentas próprias para exercer suas atividades, essas alinhadas às melhores práticas de mercado e adota uma abordagem sistemática e disciplinada, atuando de forma objetiva e independente na condução de seus trabalhos, para avaliação da efetividade dos controles e consequente melhoria dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança, bem como de prevenção a fraudes, reportando o seu resultado ao conselho de administração, por meio do Comitê de Auditoria.

Audidores independentes

Os auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, que em 2018 prestaram serviços à CSN Mineração e suas controladas, foram contratados para emitir relatório de revisão limitada sobre as informações financeiras trimestrais e opinião sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia e serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores independentes que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria da controladora CSN para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Instrução CVM 480/09, o Conselho de Administração declarou em 15/10/2020 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Lei Sarbanes-Oxley

A Companhia utiliza em sua estrutura de governança corporativa a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance da controladora CSN, que tem como uma de suas atribuições, a avaliação dos riscos que possam impactar nas demonstrações financeiras e definição de controles internos para mitigá-los, em conjunto com os gestores responsáveis pelos processos de negócios. A Companhia avalia a efetividade da sua estrutura de controles internos, conforme princípios estabelecidos no COSO 2013 e em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, sendo que o resultado desta avaliação é reportado à alta administração e ao Comitê de Auditoria da controladora CSN.

Em 2017, o Grupo Econômico CSN implantou ações para remediação de fraqueza material identificada no ano anterior, e em avaliação aos controles internos pela administração, em conjunto ao auditor externo, não identificou fraqueza material em 31 de dezembro de 2017. A Companhia concluiu a avaliação dos controles internos para o exercício 2018, em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, e também não identificou fraqueza material em 31 de dezembro de 2018.

Código de Ética

A Companhia utiliza o código de ética aprovado pelo Conselho de Administração da controladora CSN que contempla princípios aplicados no cumprimento da Lei Anticorrupção (12.846/13). O código é aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros e estabelece ainda princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários e associados. O código é disponibilizado a todos os colaboradores e parceiros de negócios e é utilizado como declaração compromissos assumidos de conduta. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da CSN, no endereço eletrônico (www.csn.com.br).



A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance da controladora CSN é responsável pelo Programa de Integridade, que visa garantir o cumprimento dos padrões de conduta éticos no exercício das atividades e transparência nos negócios. Faz parte deste processo o treinamento contínuo de colaboradores e também o monitoramento quanto ao cumprimento de leis, regulamentações, políticas e normas internas.

A Companhia conta ainda com canais de denúncia para relatos de desvios de conduta ou suspeitas. O reporte das denúncias, por parte de colaboradores, terceiros e público externo pode se dar de maneira anônima ou identificada, mantendo-se o sigilo, confidencialidade e a garantia de não retaliação. As denúncias são tratadas pela Gerência de Auditoria, subordinada à Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e reportadas ao Comitê de Auditoria.

Divulgação de Atos e Fatos Relevantes

O Grupo Econômico CSN tem uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários segundo a qual toda divulgação referente às empresas que compõem o Grupo Econômico, dentre elas a CSN Mineração, deve ser feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido na Instrução CVM 358/2002 e na seção 409 – Divulgação em Tempo Real, da Lei Sarbanes-Oxley. A referida política estabelece que os Atos e Fatos Relevantes da Companhia devem ser veiculados por meio do Portal de Notícias da Folha de São Paulo, em conjunto com a divulgação nos websites de relações com investidores da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

6- INOVAÇÃO

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação do Grupo Econômico CSN destaca-se no desenvolvimento de novos produtos e novas soluções para o mercado. Isto representa a verdadeira essência da sua atuação, fazendo da inovação o motor do crescimento econômico das empresas CSN.

Por meio da gestão dos direitos de propriedade intelectual, compreendendo marcas, patentes e projetos industriais, o Grupo Econômico CSN busca conciliar a adequada proteção da empresa com a possibilidade de realizar alianças estratégicas e parcerias tecnológicas para estimular a propagação de ambientes de inovação e o desenvolvimento científico/tecnológico da Companhia.

7- PESSOAS

O modelo de Gestão de Pessoas da CSN Mineração resulta da convicção de que o capital humano é seu diferencial competitivo e é a melhor garantia para se destacar no mercado em que atua. Transformamos conhecimento em uma trajetória de sucesso, baseada na paixão, dedicação e competência que geram oportunidades, conquistas e reconhecimentos.

A gestão integrada e eficiente de pessoas se fundamenta em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar. A CSN Mineração investe nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional, de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da Organização.

Diante de um ano desafiador, reforçamos a Essência do Grupo Econômico CSN de Fazer bem, Fazer mais e Fazer para sempre, tornando-a viva em todos os processos, programas e projetos de Gestão de Pessoas.

Para manter uma equipe de alta performance e qualificada, a cada ano são aprimorados os programas para a captação, desenvolvimento e retenção de talentos em diferentes níveis, e estes são alinhados às nossas diretrizes estratégicas. Nossas políticas de Recrutamento & Seleção buscam a garantia de não discriminação nos nossos processos seletivos, deixando claro que a empresa será intolerante com qualquer prática contrária aos nossos valores éticos.



Realizamos diversas ações visando a disseminação e o desenvolvimento da Essência do Grupo Econômico CSN, tais como: **CSN Flix**, onde os colaboradores têm a oportunidade de assistir vídeos curtos e trocar experiências para fortalecer o entendimento das competências e sua prática nas nossas rotinas de trabalho; **Roda de Conversa** entre Líderes e Liderados, para maior alinhamento à cultura CSN; **Capacitação de Padrinhos e Orientadores de Estágio** para receber os novos colaboradores e estagiários, respectivamente; **Salto Corporativo**, abrindo espaço para discussões com nossas colaboradoras sobre o empoderamento da mulher no mundo dos negócios.

A Organização mantém diversas estratégias para garantir a valorização e o incentivo ao desenvolvimento do seu público interno. Uma das iniciativas é o Programa de Avaliação de Performance – Sistema de Avaliação de Performance para todos os colaboradores das empresas do Grupo Econômico CSN, dentre as quais a CSN Mineração. Os resultados obtidos orientam o Plano de Desenvolvimento Individual, permitem a identificação de potenciais sucessores para posições de liderança e suportam o processo de reconhecimento e recompensa.

Com base nestes resultados, realizamos anualmente o **Programa Carreira e Sucessão**, que tem como objetivo identificar, junto aos nossos gestores e executivos, colaboradores com potencial para a sucessão das posições de liderança nas empresas do Grupo Econômico CSN. Os profissionais mapeados têm seu desenvolvimento acelerado por meio de experiências práticas e reais de aprendizagem, tais como: Workshops de construção de conhecimento (Autoconhecimento; Liderando Pessoas; Comunicação e Influência; e Planejamento e Execução), Talk Show com Alta Liderança, Grupos de Aprendizagem e apresentação de nossos Business Cases reais pelos nossos executivos.

Assim garantimos a perenidade da nossa empresa, com segurança na continuidade do nosso modelo de Liderança e Negócio, além do olhar cuidadoso para a carreira de nossos talentos.

Em 2019, investimos diversas horas em treinamento, com o objetivo de gerar e compartilhar conhecimento, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias para o alcance das metas corporativas e perpetuidade do negócio. O modelo 70/20/10 de aprendizagem foi o direcionador para traçar todas as ações de desenvolvimento da companhia, o que garante sua efetividade e eficácia.

Uma das nossas principais frentes de ação em Desenvolvimento acontece com os Estagiários. O programa é focado na preparação dos jovens. Nesse ano ministramos os seguintes módulos: Autoconhecimento; Carreira; Relacionamento e Comunicação; Mercado: Eficiência, Eficácia e Criatividade. Além disso, a partir do ano de 2018 nossos estagiários foram convidados a desenvolver um Projeto Aplicativo de forma autônoma, com o acompanhamento de um tutor qualificado em sua área de atuação e da equipe de Recursos Humanos. Assim garantimos a formação de um profissional com experiência efetiva e visão de negócio.

Nosso modelo visa acelerar o aprendizado, formando talentos que tenham potencial para ocupar cargos efetivos no médio e longo prazo, em consonância com os interesses de carreira e desenvolvimento do estagiário e as necessidades organizacionais, além de contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da educação e profissionalização.

Ainda pensando na evolução de nosso negócio e dos nossos gestores, demos sequência à Escola de Líderes, que foi implementada em 2011, com os seguintes módulos: **Gestão de Relacionamento e Confiança** para Supervisores e Coordenadores, **Formação de Líderes e Sucessores**; **Execução: Novas Perspectivas** para Gerentes e **Gestão Estratégica com Foco em Resultados**; **Gerindo Mudanças e Transformações Organizacionais** para a Alta Gerência.

Vemos na formação e desenvolvimento contínuos dos nossos líderes uma importante oportunidade para impactarmos positivamente todos nossos colaboradores, construindo um ambiente colaborativo, focado no desenvolvimento das equipes e no atingimento de resultados excelentes.

O grande marco para 2018 foi a implantação do Programa de Trainee Interno, cujo objetivo é desenvolver e empoderar os estagiários do Grupo Econômico CSN para gerar impacto positivo na organização e potencializar a retenção de talentos. A seleção ocorreu com base no grupo de estagiários com formação em Dez/2018, contando com 24 inscritos.



As etapas de classificação consideravam a apresentação do Projeto Aplicativo para a Alta Administração, onde foi analisada a aplicabilidade e viabilidade de implantação do Projeto, além do senso de entrega, responsabilidade e conhecimento de cada estagiário. No final 08 jovens foram selecionados para o programa.

Firmamos parcerias com diversas instituições de ensino para cursos de extensão universitária e idiomas, que oferecem preços especiais aos nossos colaboradores, fomentando o desenvolvimento dos mesmos.

Mais uma vez reafirmamos que atuamos como donos, escolhendo as melhores estratégias para superar os obstáculos enfrentados em 2018. Mostramos que estamos juntos trabalhando pela sustentabilidade do negócio.

A CSN Mineração encerrou 2018 com 6.398 colaboradores diretos e 3.384 indiretos, indicando uma taxa de rotatividade de 1%, uma das mais baixas no setor.

8 - RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os projetos de responsabilidade social do Grupo Econômico CSN têm o objetivo de valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde as suas empresas atuam, buscando parceria com o poder público e com a sociedade civil. Entre 2006 e 2018, o valor investido pelo Grupo CSN ultrapassou R\$206 milhões. Somente em 2018, os investimentos foram de R\$27,6 milhões nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, por meio de iniciativas da Fundação CSN e projetos desenvolvidos por instituições parceiras, apoiadas por incentivos fiscais.

A Fundação CSN mantém o compromisso da democratização do acesso ao ensino de qualidade e uma de suas escolas técnicas é o Centro de Educação Tecnológica, em Congonhas/MG. Em 2018 as escolas atenderam a 920 alunos dos quais 441 se beneficiaram com bolsas de estudos.

O programa Ganhar o Mundo fornece bolsas de estudos no exterior para jovens mulheres com a idade entre 15 e 18 anos. Entre as selecionadas, uma delas ganhou uma bolsa de estudos integral do Ganhar o Mundo na Barnard College, duas outras conseguiram bolsas de estudo integrais e mais 11 receberam bolsas parciais em universidades de renome no exterior. A Fundação CSN possui atuação destacada na formação de jovens aprendizes com o intuito de fomentar o ingresso no mercado de trabalho. Em 2018, 559 jovens foram capacitados, apresentando um crescimento no número de vagas disponibilizadas de 12% em relação ao ano passado.

O Projeto Garoto Cidadão, em parceria com as prefeituras municipais, atende crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade social com atividades socioculturais no contraturno escolar, nos municípios de Volta Redonda e Itaguaí, no Rio de Janeiro, Congonhas e Arcos, em Minas Gerais e Araucária, no Paraná. Os alunos têm aulas de música, teatro, dança, artes visuais, entre outras atividades como o Projeto de Vida, que prepara o educando para a saída do projeto orientando-os na busca pela realização de sonhos e concretização de objetivos nos campos pessoal e profissional. Em 2018 proporcionou atividades socioculturais a 1.500 crianças e adolescentes. As apresentações dos educandos do projeto já fazem parte do calendário cultural das cidades onde o Garoto Cidadão atua. Ao longo do ano, foram 115 apresentações para um público de 55.800 pessoas.

O Circula Brasil é um caminhão-palco do Garoto Cidadão que rodou por 5 cidades levando apresentações culturais dos educandos e artistas locais. O Centro Cultural Fundação CSN também fica em Volta Redonda e realizou 138 ações como formações, ocupações e apresentações culturais para um público de 44 mil pessoas.

A educação está no DNA da Fundação CSN, permeando todas as suas atividades, inclusive aquelas que envolvem a cultura, esporte e assistência social. Em 2018, mais um passo foi dado no processo de colaboração no desenvolvimento de milhares de crianças e adolescentes.

9 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O Grupo Econômico CSN mantém diversos instrumentos de Gestão Socioambiental e Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atendendo aos diversos *stakeholders* envolvidos nas comunidades e negócios em que atua. A política Ambiental da



Companhia tem como principais pilares a criação de valores sustentáveis e gestão dos riscos socioambientais; a conformidade, a otimização e eficiência no uso de recursos naturais e controle dos potenciais impactos. A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implantado conforme os requisitos da norma internacional ISO 14001.

Uma das estratégias de sustentabilidade adotada pela controladora CSN é a participação, desde 2012, no Fórum Clima promovido pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social e participação nos grupos de trabalho do Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), um espaço aberto de estudo, aprendizado, reflexão, inovação e de produção de conhecimento, composto por pessoas de formação multidisciplinar, trabalhando no desenvolvimento de estratégias, políticas e ferramentas de gestão pública e empresarial para a sustentabilidade, no âmbito local, nacional e internacionais.

As diretrizes ambientais da Companhia também compreendem o monitoramento das barragens, utilizadas para conter rejeitos do processo de beneficiamento das atividades da CSN Mineração. De acordo com a classificação da barragem (Portaria 70.389/2017 do DNPM), todas as barragens são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto, objetivando atestar a estabilidade ou não das barragens e identificar ações preventivas para a garantia dessa estabilidade. O Plano de Segurança de Barragem e o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da CSN Mineração encontra-se finalizado com todos os volumes necessários consolidados em atendimento à portaria do DNPM.

A empresa está na vanguarda do tratamento de rejeitos, com investimento de cerca de R\$250 milhões na tecnologia de empilhamento a seco, que já cobre 40% do volume de seus rejeitos da CSN Mineração, o maior empreendimento do tipo já feito no Brasil. Até o fim de 2019, a empresa concluiu esse investimento de processamento do seu minério a seco, descartando a utilização de barragens para o processo produtivo.

A CSN sempre atua de maneira a minimizar os impactos de suas operações, além de investir em iniciativas de preservação e educação ambiental, atestando seu compromisso com a qualidade de vida das futuras gerações. O Grupo Econômico CSN possui uma frente social importante que é o Programa de Educação Ambiental (PEA), iniciativa da Companhia gerida pela Fundação CSN, com destaque para as unidades de Arcos (MG) e de Congonhas (MG), visando reafirmar seu compromisso com a transformação de valores e atitudes por meio de novos hábitos e conhecimentos. O projeto de educação ambiental com ênfase nas questões relacionadas aos patrimônios histórico e natural, em locais de atuação e relacionados a suas atividades, utiliza a arte como instrumento de diálogo entre alunos da rede pública, professores e colaboradores da empresa.

Finalmente, o Grupo Econômico CSN vem desenvolvendo um mapeamento constante de *stakeholders* e, desde 2012, utiliza critérios de mapeamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI) e adota a metodologia do Relato Integrado (IR) para composição de seus indicadores para todas as suas operações. Os dados e indicadores obtidos neste processo permitem acompanhar o desempenho e avaliar sua exposição a riscos socioambientais e oportunidades futuras. O resultado deste trabalho pode ser encontrado nos Relatórios publicados no site <http://ri.csn.com.br/>.

10 - DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da CSN Mineração aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

CSN Mineração S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
CSN Mineração S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CSN Mineração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CSN Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Alavancagem financeira (Notas Explicativas nºs 1 e 12)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Parte substancial dos recursos e investimentos necessários para desenvolvimento das atividades da Companhia são oriundos de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras não relacionadas. Em 31 de dezembro de 2018, o valor do saldo de empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo circulante e não circulante, era de R\$ 2.783 milhões na controladora e no consolidado.

Este tema foi considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria devido basicamente a representatividade desses passivos financeiros em relação as demonstrações financeiras como um todo, bem como o fato de os empréstimos e financiamentos requerem, em alguns casos, cumprimento de cláusulas contratuais, como covenants ou outras cláusulas restritivas, cujos eventuais descumprimentos podem trazer distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas divulgações.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento das políticas e medidas adotadas pela Administração para gerenciamento e elaboração do fluxo de caixa;
- Discussão com a Administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para cumprimento das obrigações de pagamentos;
- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos implementados pela Administração para controle e reconhecimento dos passivos oriundos de empréstimos e financiamentos;
- Testes na movimentação de novas capitalizações e amortizações, recálculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante;
- Confirmação dos saldos junto aos credores e agentes fiduciários (circularização);
- Análise e testes de aderência com referência às cláusulas contratuais de covenants e cláusulas restritivas, de forma a confirmar que a Companhia estava adimplente na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento de empréstimos e financiamentos foram apropriadamente tratados e divulgados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisão para riscos relacionados às demandas judiciais (Nota Explicativa nº 18)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Esta área exige julgamentos e avaliações críticas efetuadas pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento de ativos e passivos, mensuração dos valores envolvidos, avaliação da probabilidade de êxito nas diversas discussões e divulgação apropriada dos processos e contenciosos existentes, tendo em vista a relevância dos mesmos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

O valor das contingências classificadas como prováveis e passíveis de provisão registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas montava R\$ 59 milhões em 31 de dezembro de 2018. O montante de contingências possíveis, portanto não sujeitas ao registro de provisão segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, era de R\$ 5.366 milhões em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, determinadas leis e regulamentos no Brasil têm grau de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento, classificação de ativos e passivos e divulgação das provisões para riscos relacionados a demandas judiciais e administrativas, processos, e/ou, em certos casos, aderência a leis e regulamentos, requer determinado nível de julgamento por parte da Companhia e suas controladas para registro das estimativas de perdas e divulgações nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração e definição do momento de reconhecimento e divulgações relacionadas ao contencioso e demandas judiciais entre as várias esferas de discussão de nosso direito, bem como aos eventuais impactos que referidos processos e estimativas podem causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto (inclusive quando da avaliação de demandas judiciais consideradas possíveis e prováveis, já que a alteração no prognóstico ou no critério de avaliação podem trazer impactos significativos nas demonstrações financeiras em termos de provisão e/ou reconhecimento de ativos). Desta forma, continuamos a considerar este assunto como relevante para a nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões para riscos relacionados às demandas judiciais e administrativas, inclusive àqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos;
- Avaliação do desenho da estrutura dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões para riscos relacionados às demandas judiciais e administrativas, inclusive àqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos;
- Avaliação, com base em testes, da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando dados e informações históricas, bem como avaliação das confirmações recebidas dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia;
- Para demandas da área tributária, nossa abordagem incluiu o envolvimento de nossos especialistas tributários na avaliação dos méritos e informações sobre êxito prestadas pelos respectivos assessores jurídicos (na extensão que julgamos necessária), além da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais e trabalhistas envolvendo a Companhia;
- Discussões com os consultores jurídicos internos e externos da Companhia;

- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento de informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados quanto aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis em que a Companhia está envolvida.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação das estimativas e riscos relacionados às demandas judiciais em andamento nas diversas esferas de discussões existentes estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicional (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de outubro de 2020



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CSN MINERAÇÃO S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.443.204	2.761.194	1.359.310	2.410.514	Empréstimos e financiamentos	12	639.418	778.736	639.418	778.736
Aplicações financeiras	4	9.487	3.715	9.487	3.715	Fornecedores		763.149	696.804	763.356	697.051
Contas a receber	5	738.455	611.490	736.075	745.709	Obrigações sociais e trabalhistas		58.227	59.129	57.928	58.863
Estoques	6	453.247	460.502	453.247	460.502	Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	18	6.965	-	6.965	-
Outros ativos	7	217.124	320.638	216.033	316.501	Obrigações fiscais	14	61.079	86.245	57.037	73.029
		2.861.517	4.157.539	2.774.152	3.936.941	Outras obrigações	15	445.255	1.743.783	436.349	1.775.216
								1.974.093	3.364.697	1.961.053	3.382.895
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Outros ativos	7	296.366	344.076	295.958	344.004	Empréstimos e financiamentos	12	2.143.630	2.439.042	2.143.630	2.439.042
Investimentos	8	1.161.559	1.119.478	1.236.458	1.358.499	Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	18	52.338	64.042	52.338	64.042
Imobilizado	9	6.574.493	6.412.127	6.574.327	6.411.974	Impostos diferidos	16.b	388.843	390.775	388.843	390.775
Intangível	10	4.241.537	4.256.506	4.241.537	4.256.506	Outras obrigações	15	242.058	144.525	242.058	144.525
		12.273.955	12.132.187	12.348.280	12.370.983			2.826.869	3.038.384	2.826.869	3.038.384
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	20.a	6.103.872	6.103.872	6.103.872	6.103.872
						Reservas de capital	20.c	141.723	141.723	141.723	141.723
						Resultados abrangentes	20.h	329.625	330.921	329.625	330.921
						Reservas de lucros	20.f	3.759.290	3.310.129	3.759.290	3.310.129
								10.334.510	9.886.645	10.334.510	9.886.645
TOTAL DO ATIVO		15.135.472	16.289.726	15.122.432	16.307.924	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.135.472	16.289.726	15.122.432	16.307.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CSN MINERAÇÃO S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	21	7.233.083	5.501.045	7.233.538	5.063.133
Custos dos produtos vendidos	22	(3.522.221)	(2.935.754)	(3.550.471)	(2.950.211)
Lucro bruto		3.710.862	2.565.291	3.683.067	2.112.922
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com Vendas	22	(1.325.676)	(926.885)	(1.323.960)	(571.039)
Despesas gerais e administrativas	22	(122.895)	(146.323)	(123.150)	(128.763)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(230.844)	(93.942)	(230.390)	(92.670)
Outras receitas operacionais		32.293	11.658	32.293	11.331
Outras despesas operacionais		(263.137)	(105.600)	(262.683)	(104.001)
Resultado da equivalência patrimonial	8	66.786	56.691	81.170	132.637
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.098.233	1.454.832	2.086.737	1.453.087
Resultado financeiro, líquido	24	(524.880)	(159.253)	(526.596)	(184.759)
Receitas financeiras		43.294	50.790	41.641	33.107
Despesas financeiras		(398.990)	(267.660)	(392.542)	(267.504)
Variações cambiais líquidas		(169.184)	57.617	(175.695)	49.638
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.573.353	1.295.579	1.560.141	1.268.328
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(512.709)	(279.672)	(499.497)	(252.421)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	1.193	(138.924)	1.193	(138.924)
		(511.516)	(418.596)	(498.304)	(391.345)
Lucro líquido do exercício		1.061.837	876.983	1.061.837	876.983
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	20.g	-	-	5,8664	4,8452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CSN MINERAÇÃO S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Consolidado e controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.061.837	876.983
Perdas atuariais com planos de pensão, líquidos de impostos diferidos	(1.433)	2.502
Outros resultados abrangentes	137	12
	1.060.541	879.497
Atribuível a:		
Participação dos acionistas controladores	1.060.541	879.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CSN MINERAÇÃO S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Investimentos	Lucros a realizar					Dividendos propostos
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.103.872	141.723	139.943	1.836.758	507.302	157.426	5.796	358.024	-	9.250.844
Contribuição com a aquisição do acervo da CGPAR (nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	(35.389)	-	(35.389)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	876.983	876.983
Outros	-	-	-	-	-	-	2.490	-	-	2.490
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 20.f)	-	-	43.850	-	-	-	-	-	(43.850)	-
Reserva de investimento (Nota 20.f)	-	-	-	416.567	-	-	-	-	(416.567)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 1,150725 por ação - Nota 20.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.283)	(208.283)
Dividendos adicionais propostos (R\$1,150725 por ação - Nota 20.f)	-	-	-	-	-	208.283	-	-	(208.283)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.103.872	141.723	183.793	2.253.325	507.302	365.709	8.286	322.635	-	9.886.645
Dividendos distribuídos (nota 20)	-	-	-	-	-	(365.709)	-	-	-	(365.709)
Dividendos mínimos obrigatórios não declarados - CGPAR	-	-	-	5.219	-	-	-	-	-	5.219
Perdas atuariais com planos de pensão, líquidos de impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	(1.433)	-	-	(1.433)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	137	-	-	137
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.061.837	1.061.837
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 20.f)	-	-	53.093	-	-	-	-	-	(53.093)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 1,393279 por ação - Nota 20.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	(252.186)	(252.186)
Dividendos adicionais propostos (R\$4,179838 por ação - Nota 20.f)	-	-	-	-	-	756.558	-	-	(756.558)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.103.872	141.723	236.886	2.258.544	507.302	756.558	6.990	322.635	-	10.334.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		1.061.837	876.983	1.061.837	876.983
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	8	(66.786)	(56.691)	(81.170)	(132.637)
Variações cambiais e monetárias		202.644	(6.652)	202.822	(8.228)
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	12	224.537	308.636	224.537	308.558
Juros capitalizados	9.a	(54.929)	(70.649)	(54.929)	(70.649)
Amortização custo de transação	12	4.563	4.025	4.563	4.025
Depreciação e amortização	9 e 10	402.226	480.204	402.141	478.689
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	16	511.516	418.596	498.304	391.345
Perda estimada para a baixa de ativos imobilizados	9	1.835	14.593	1.835	14.593
Outros provisionamentos	-	(20.307)	(15.505)	(1.666)	3.050
(Aumento) Redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	-	(309.321)	45.273	(172.721)	1.042.923
Estoques	-	12.868	5.680	12.868	(4.967)
Impostos a recuperar	-	(51.758)	(72.490)	(51.737)	(58.284)
Outros ativos	-	8.545	(36.089)	47.204	54.614
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	-	188.545	341.524	188.504	348.356
Salários, provisões e contribuições sociais	-	(902)	481	(935)	466
Tributos a recolher	-	36.160	4.273	44.927	5.508
Outras contas a pagar	-	15.879	21.507	(24.460)	75.884
Dividendos recebidos	-	41.388	37.466	159.861	37.466
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(279.577)	(219.868)	(265.958)	(219.868)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	(246.746)	(332.465)	(246.746)	(332.387)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.682.217	1.748.832	1.949.081	2.815.440
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Caixa proveniente da aquisição/incorporação da CGPAR	-	-	3.402	-	3.402
Aquisição de ativos imobilizados	-	(494.404)	(341.148)	(494.304)	(340.986)
Aquisição de investimentos	-	-	(99.452)	-	(99.452)
Aumento de Capital - CSN Holding	-	-	-	-	(35.327)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(494.404)	(437.198)	(494.304)	(472.363)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento do principal sobre empréstimos	-	(604.347)	(7.724)	(604.347)	(7.103)
Dividendos pagos	-	(1.888.218)	-	(1.888.218)	-
Custo de transação	12	(12.784)	-	(12.784)	-
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento		(2.505.349)	(7.724)	(2.505.349)	(7.103)
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	-	(454)	13.195	(632)	13.038
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(1.317.990)	1.317.105	(1.051.204)	2.349.012
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	2.761.194	1.444.089	2.410.514	61.502
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	1.443.204	2.761.194	1.359.310	2.410.514
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(1.317.990)	1.317.105	(1.051.204)	2.349.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receitas		7.493.786	5.691.036	7.494.240	5.255.620
Vendas mercadorias, produtos e serviços	-	7.453.166	5.691.944	7.453.621	5.253.790
Outras receitas/(despesas)	-	40.586	2.190	40.585	1.864
(Provisão)/reversão créditos liquidação duvidosa	-	34	(3.098)	34	(34)
Insumos adquiridos de Terceiros		(4.247.772)	(3.067.497)	(4.284.902)	(2.721.762)
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	(2.189.458)	(1.501.169)	(2.217.706)	(1.516.644)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(2.016.695)	(1.566.328)	(2.025.578)	(1.205.118)
(Perda)/recuperação de valores ativos	-	(41.619)	-	(41.618)	-
Valor adicionado bruto		3.246.014	2.623.539	3.209.338	2.533.858
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão	22	(402.226)	(480.204)	(402.141)	(478.689)
Valor adicionado líquido produzido		2.843.788	2.143.335	2.807.197	2.055.169
Valor adicionado recebido em transferência		153.036	168.990	161.808	231.598
Resultado de equivalência patrimonial	8	66.786	56.691	81.170	132.637
Receitas financeiras	-	43.294	50.790	41.641	33.107
Outros e variações cambiais ativas	-	42.956	61.509	38.997	65.854
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.996.824	2.312.325	2.969.005	2.286.767
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e Encargos	-	515.132	528.978	505.721	518.284
Impostos, taxas e contribuições	-	807.187	634.305	793.907	607.074
Remuneração de capitais de terceiros	-	612.668	272.059	607.540	284.426
Remuneração de capitais próprios	-	1.061.837	876.983	1.061.837	876.983
Valor adicionado distribuído		2.996.824	2.312.325	2.969.005	2.286.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CSN Mineração S.A, referida adiante como “CSN Mineração”, “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2007, sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais. A CSN Mineração, em conjunto com suas controladas e coligadas, é denominada também nestas demonstrações financeiras como “Grupo”. O Grupo foi formado a partir da combinação de negócios dos ativos de mineração e porto de sua controladora Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN” ou “Controladora CSN”) com os ativos de mineração incorporados da Nacional Minérios S.A. (“Namisa”), uma joint venture entre a CSN e a Japão Brasil Minério de Ferro Participações (“Consórcio Asiático”), um grupo asiático formado pela Itochu e pelas siderúrgicas internacionais JFE, Posco, Kobe Steel, Nisshin Steel e China Steel Corp.

O Grupo tem como objeto a exploração da atividade mineral em todo o território nacional e no exterior, compreendendo aproveitamento de jazidas minerais, pesquisa, exploração, extração, comercialização de minérios em geral e de subprodutos derivados da atividade mineral, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque, prestação de serviços de mineração, importação e exportação de minérios em geral e participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social.

A Companhia opera e desenvolve suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possui direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. O minério de ferro próprio, somado ao adquirido de terceiros, é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático, através de uma rede integrada de logística que permite o transporte do minério de ferro produzido nos municípios de Congonhas e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, até Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O escoamento do minério é feito pelo Terminal de carvão (“TECAR”), terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O TECAR também presta o serviço de desembarque de granéis sólidos, principalmente, para atender as importações de carvão e coque realizadas pelo seu acionista controlador, Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”).

Os preços que vigoram no mercado internacional de minério de ferro são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

As atividades de mineração da Companhia utilizam barragens de rejeitos para as quais são regularmente adotadas todas as medidas cabíveis para mitigar os riscos inerentes à manipulação e descarte dos rejeitos e cumprir a legislação ambiental vigente. É prioridade da Companhia operar sem a dependência dessas barragens em nossas atividades minerárias, sendo que os investimentos realizados em 2018 e os projetados para 2019 totalizam cerca de R\$250 milhões, e que serão em tecnologia de empilhamento a seco já foram realizados.

Nesse contexto, a expectativa, ressalvadas eventuais revisões de projetos e prazos previstos de obras, adequado funcionamento de equipamentos e atrasos por razões imprevisíveis, é que até o fim de 2019 a CSN Mineração esteja processando integralmente os rejeitos em processo a seco, descartando a utilização de barragens em suas atividades de minério de ferro. Como consequência dessas medidas, o passo seguinte será iniciar o descomissionamento das barragens.

A totalidade das nossas barragens está positivamente certificada e atende a legislação ambiental em “vigor”

- **Continuidade Operacional:**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que montam R\$2,8 bilhões, dos quais R\$2,1 bilhões possuem vencimento no longo prazo, conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2019 são esperados pagamentos de empréstimos, que incluindo os juros a serem incorridos no próximo exercício, montam R\$642 milhões em valores aproximados.

Com base nas projeções de fluxos de caixa da Administração que abrangeu o período operacional até março de 2020, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como das renegociações dos empréstimos e financiamentos, a Administração entende que a Companhia possui os recursos necessários para continuar as suas operações em um futuro razoavelmente estimável de tempo. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade normal das operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as normas emitidas pelo IFRS e CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber;
- Nota explicativa 10.a - Teste de redução ao valor recuperável de ágio (*impairment*);
- Nota explicativa 18 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 19 – Provisões para passivos e ambientais e desativação;
- Nota explicativa 25 – Benefício pós emprego;

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento contábil aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 15 de outubro de 2020.

2.b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem as controladas e coligada demonstradas no quadro abaixo.

- **Empresas**

Empresas	Participação no capital social (%)	Atividades principais
Participação direta em controladas: consolidação integral		
CSN Mining Holding, S.L	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Participação indireta em controladas: consolidação integral		
CSN Mining GmbH	100,00	Comercialização de minérios, operações financeiras e participações societárias
CSN Mining Portugal Unipessoal LDA	100,00	Representação comercial
CSN Mining Asia Limited	100,00	Representação comercial
Participação direta em empresas classificadas como coligada: equivalência patrimonial		
MRS Logística S.A	18,63	Transporte ferroviário

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

- **Transações entre controladas e coligada**

Os ganhos não realizados em transações com controladas são eliminados na medida da participação da CSN Mineração na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com a coligada, onde é reclassificada parte do resultado de equivalência patrimonial para o custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das demonstrações financeiras das controladas e da coligada é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando há exposição ou o direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e existe a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Coligada

O investimento na MRS é classificado como coligada pois a Companhia possui influência significativa, mas não o controle sobre as decisões relevantes do negócio dessa investida. Além da participação de 18,63% na MRS, que incluem ações ordinárias e preferenciais e também uma ação ordinária vinculada ao acordo de acionista, é levado em consideração a influência da Companhia em conjunto com os direitos políticos do acionista controlador CSN, que é membro signatário do acordo de acionistas da MRS.

O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em acordo com o CPC 02 e a ICPC 21 - Transação em moeda estrangeira e adiantamento, as operações onde a Companhia reconhece um ativo não monetário ou passivo não monetário, que envolvam pagamentos ou recebimentos antecipados em moeda estrangeira, são registradas pela taxa de câmbio da data que a entidade reconheceu inicialmente (data de transação) o ativo não monetário ou passivo não monetário.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2018, US\$1 equivale a R\$3,8748 (R\$3,3080 em 31 de dezembro de 2017) e €\$ 1 equivale a R\$4,4390 (R\$3,9693 em 31 de dezembro de 2017)

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e são classificados como aplicações financeiras, conforme nota 4.

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas quando aplicável.

As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de umidade e teores preliminares de qualidade), valorizadas com base no preço das “*commodities*” estabelecido pelo “*Platts*”, na data de embarque, conforme estabelece o contrato de cada cliente.

Mensalmente, quando aplicável, é efetuada a marcação a mercado para os saldos em aberto, por meio da cotação futura das “*commodities*” que seriam utilizadas para acerto final, quando da emissão das faturas finais.

As faturas finais, que finalizam as operações de exportação e geralmente são emitidas após o recebimento e a análise das “*commodities*” (aprovação de quantidades, índices de umidade e teores do metal contidos pelos clientes), são valorizadas conforme estabelece cada contrato.

O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais quanto para a marcação a mercado, é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre.

Com a adoção do novo IFRS 09 / CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo.

A Companhia considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas

2.g) Estoques

Mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O minério de ferro é reconhecido a partir do momento em que há extração física na mina e beneficiamento. É utilizado o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, exceto quando provenientes de uma combinação de negócios. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

2.j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme Nota 9. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais".

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado ao invés de estoques.

2.k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas no valor recuperável (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional. A Companhia possui uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC, dedicada integralmente à atividade de beneficiamento de minério de ferro, à qual o ágio foi alocado para fins de teste de "*impairment*".

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada em até 10 anos.

2.l) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.m) Benefícios a empregados e participação nos lucros e bônus

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocada ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

2.o) Concessões

A Companhia possui concessão governamental que engloba serviço portuário. A concessão incluída nas demonstrações financeiras se refere ao terminal de exportação de minério e importação de carvão – TECAR. A concessão da coligada MRS não é divulgada nessas demonstrações financeiras.

O contrato de concessão da Companhia não está dentro do escopo do IFRIC 12/ICPC 01 – Contratos de Concessão, pois o poder concedente não tem o controle efetivo sobre os preços praticados e para quais clientes os serviços são prestados. Na essência, esses contratos de concessão possuem característica de arrendamento operacional. Assim, a contabilização segue as disposições contábeis aplicáveis aos contratos de arrendamento, conforme IFRS16/CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil. Os nossos contratos de concessão preveem o uso de um ativo específico para um período acordado de tempo, mas sem qualquer transferência de propriedade dos bens para a Companhia após o término desses contratos, bem como opção de compra destes ativos a qualquer momento. Desta forma, os pagamentos de arrendamento pelos ativos recebidos no início da concessão são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos.

Ativos adquiridos ou construídos são reconhecidos como ativo imobilizado ou intangível de acordo com os parâmetros estabelecidos no IAS16/CPC 27 (ativo imobilizado) e IAS38/CPC 04 (ativo intangível). Esses ativos são controlados pela Companhia - os riscos e benefícios associados fluem para a Companhia. No final do contrato a Companhia será reembolsada pelo poder concedente se houver saldo contábil residual desses ativos.

O valor contábil residual desses ativos em 31 de dezembro de 2018 está listado abaixo juntamente com a indicação de sua classificação nas demonstrações financeiras:

Concessão	Valor contábil residual (R\$)	Classificação no balanço
Tecar	1.616 milhões	Ativo imobilizado e Intangível (<i>Software</i>)

2.p) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.q) Reconhecimento de receita

A partir de 1º de janeiro de 2018 o IFRS15/CPC 47 foi adotado pela Companhia, todos os ativos estão registrados conforme a respectiva prática.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação que a entidade espera receber em troca da entrega do bem ou serviço prometido ao cliente.

O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.

A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Nas vendas para o mercado externo realizadas na modalidade de frete exportação CFR (Cost and Freight) e CIF (Cost, Insurance and Freight), onde a Companhia é responsável pela contratação do serviço de frete, o serviço de entrega da mercadoria é considerado uma obrigação de desempenho separada, tendo sua alocação à parte do preço da transação e com reconhecimento no resultado conforme a efetiva entrega da mercadoria. Tal receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia e, portanto, a mesma não é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Para os demais serviços prestados, a receita é reconhecida em função de sua realização.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável.

2.t) Lucro/ (Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, quando aplicável. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção (licenças/SNUC).

2.v) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.w) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro

- **Reconhecimento e Mensuração**

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- **Custo de amortização**

Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia devesse reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

- **Valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia devesse reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, *impairment* juntamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativo financeiros, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes”. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes” e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

- **Desreconhecimento**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

- ii) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Passivos financeiros ao custo amortizado**

A companhia devera classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiro classificado ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia.

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambias são reconhecidos no resultado.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

- **Desreconhecimento de passivos financeiros**

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

- iii) **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- 2.x) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas**

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo.

Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*.

- 2.x1) Demonstração do valor adicionado**

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

- 2.y) Demonstração do valor adicionado**

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

A demonstração do valor adicionado deve evidenciar a riqueza criada pela Companhia e demonstrar sua distribuição.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

2.z) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas e interpretações foram emitidas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019, 2020 e 2021 e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
IFRS 16/CPC 6(R2) – Arrendamento Mercantil	Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. O IFRS 16/CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17/CPC 06(R1) – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23/ICPC 22 – Incertezas em relação a tratamentos tributários	Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Essa interpretação complementa o IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o lucro, esclarecendo como refletir os efeitos da incerteza na contabilização dos tributos sobre o lucro.	1º de janeiro de 2019
Estrutura Conceitual para relatórios financeiros	Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes.	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 – Contrato de seguros	Estabelece um modelo mais complexo para reconhecer a receita de uma seguradora, pois se baseia em um modelo de fluxo de caixa descontado, ajustado em relação a esse portfólio de contrato de seguro e também por uma margem de serviço contratual.	1º de janeiro de 2021

São apresentadas a seguir, as informações sobre os possíveis impactos na adoção dos IFRS 16/CPC 06 (R2) Operação de arrendamento Mercantil, e IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras. Desta forma, estas avaliações preliminares e seus potenciais impactos estão sujeitas à alterações até que a adoção inicial seja divulgada nas demonstrações financeiras de 2019.

- IFRS 16/CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O IFRS 16/CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo que os arrendatários reconheçam o ativo e passivo de todos os contratos de arrendamento pelo valor presente, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: i) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e ii) possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia concluiu que com a adoção da norma, teremos uma redução nas despesas operacionais e um aumento nas despesas financeiras, uma vez que o ativo “direito de uso” passa a ser amortizado e o passivo de arrendamento atualizado para refletir as contraprestações a serem pagas ao longo do período de contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, a Cia optou por aplicar a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo o efeito cumulativo como ajuste no saldo de abertura.

A companhia estima o impacto no montante de R\$32 milhões no reconhecimento inicial do direito de uso e passivos de arrendamento.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação tem como objetivo esclarecer como a companhia deve avaliar as incertezas na contabilização dos tributos sobre o lucro quando a legislação aplicável não estiver clara. A companhia avaliou fatos atuais e o tratamento contábil aplicado em cada situação à luz desta interpretação, concluímos que o IFRIC 23 não traz efeitos decorrentes de posições fiscais adotadas que possam vir a ser desafiadas pelas autoridades fiscais brasileiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	861.403	11.723	837.659	1.332
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos privados	170.254	475.070	170.254	475.070
	170.254	475.070	170.254	475.070
No Exterior:				
<i>Time Deposits</i>	411.547	2.274.401	351.397	1.934.112
Total das Aplicações Financeiras	581.801	2.749.471	521.651	2.409.182
Caixa e equivalentes de caixa	1.443.204	2.761.194	1.359.310	2.410.514

Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e liquidez imediata.

Adicionalmente, parte significativa dos recursos financeiros no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos considerados pela administração como de primeira linha, e são remuneradas às taxas pré-fixadas.

A redução do caixa e equivalentes de caixa no período refere-se ao pagamento de dividendos no valor de R\$1,9 bilhão.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado e controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Titulos públicos	9.487	3.715
Total	9.487	3.715

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía aplicações financeiras em títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos da CSN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cientes				
Terceiros				
Mercado interno	3.154	1.978	3.154	1.978
Mercado externo	525.612	502.000	516.415	488.532
	528.766	503.978	519.569	490.510
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(9.094)	(8.241)	(2.277)	(2.311)
	519.672	495.737	517.292	488.199
Partes relacionadas (Nota 11.b)	218.783	115.753	218.783	257.510
	738.455	611.490	736.075	745.709

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período de relatório.

A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	515.902	492.987	515.902	487.371
Vencidos até 180 dias	869	863	869	863
Vencidos acima de 180 dias	11.995	10.128	2.798	2.276
	528.766	503.978	519.569	490.510

As movimentações nas perdas esperadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(8.241)	(4.859)	(2.311)	(2.277)
Perdas esperadas	(9)	(3.382)	(9)	(34)
Recuperação de créditos	43	-	43	-
Variação cambial	(887)	-	-	-
Saldo final	(9.094)	(8.241)	(2.277)	(2.311)

Com a adoção do IFRS 09/CPC 48 Instrumentos Financeiros, a Companhia mudou o modelo a partir de 1º de janeiro de 2018 de “perdas incorridas” para “perdas de créditos esperadas”, onde passou a constituir o *impairment* desde a data de reconhecimento do ativo (títulos a vencer). A aplicação do IFRS 09/CPC 48 não trouxe impactos materiais para a Companhia.

6. ESTOQUES

	Consolidado e controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	173.081	154.110
Produtos em elaboração	101.010	80.538
Almoxarifado	271.187	282.359
(-) Perdas estimadas	(92.031)	(56.505)
	453.247	460.502

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(56.505)	(47.378)
Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência (Nota 23)	(1.299)	(9.127)
Perdas estimadas em estoques de produtos acabados (Nota 23)	(34.227)	-
Saldo final	(92.031)	(56.505)

7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os grupos de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	42.832	209.681	42.832	209.680
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (*) ⁽¹⁾	113.139	157.807	112.647	157.337
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (*)	793	37.154	793	37.154
Estoque de minério de ferro ⁽²⁾	144.499	144.499	144.499	144.499
Depósitos judiciais (Nota 18)	33.332	29.283	33.332	29.283
Dividendos a receber (Nota 11)	23.080	20.409	23.080	20.409
Outros créditos com partes relacionadas (Nota 11)	18.132	20.553	18.419	19.371
Frete e seguro marítimo ⁽³⁾	119.951	20.600	119.062	19.351
Arrendamento portuário	5.180	6.660	5.180	6.660
Outros	12.552	18.068	12.147	16.761
total	513.490	664.714	511.991	660.505
Circulante	217.124	320.638	216.033	316.501
Não circulante	296.366	344.076	295.958	344.004
total	513.490	664.714	511.991	660.505

(*) A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos e a necessidade de registro de perdas por recuperabilidade, objetivando o seu aproveitamento.

1 – Refere-se a créditos de ICMS cuja expectativa de realização é de longo prazo.

2 - Estoques de longo prazo de minério de ferro que serão utilizados quando da implementação da Planta de Beneficiamento, gerando como produto final o Pellet Feed com expectativa de realização prevista para 1º semestre de 2020.

3 - Refere-se a Pagamento de despesas com frete e seguro marítimo sobre receitas de vendas não reconhecidas, pois seguindo as orientações da norma IFRS 15/CPC 47, o frete no *incoterms* "CIF/CFR" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega em 31 de dezembro de 2018, mas o prestador de serviço de transporte já havia sido pago.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial				
Empresa controlada				
CSN Mining Holding	-	-	74.899	239.021
Empresa coligada				
MRS Logística S.A.	716.176	662.349	716.176	662.349
Fair Value alocado à MRS ⁽¹⁾	445.383	457.129	445.383	457.129
Total	1.161.559	1.119.478	1.236.458	1.358.499

1. O fair value alocado no investimento na MRS decorrente da aquisição do controle da Namisa, a amortização é realizada de acordo com período do contrato da concessão da ferrovia com a MRS.

A movimentação dos investimentos na empresa controlada e da controlada em conjunto é demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial dos investimentos	1.119.478	1.084.189	1.358.499	1.229.640
Aumento de Capital - CSN Mining Holding	-	-	-	35.327
Resultado equivalência patrimonial	97.177	85.931	92.917	138.589
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.747)	(11.747)	(11.747)	(11.747)
Lucros nos estoques	-	-	-	5.585
Dividendos	(43.488)	(38.883)	(203.349)	(38.883)
Outros	139	(12)	138	(12)
Total	1.161.559	1.119.478	1.236.458	1.358.499

A conciliação do resultado de equivalência patrimonial e o montante apresentado na demonstração do resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da Companhia com essas empresas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado equivalência patrimonial MRS	97.177	85.931	97.177	85.931
Resultado equivalência patrimonial CSN Mining Holding	-	-	(4.260)	52.658
Compensação da parcela de custo no resultado equivalencia (IAS28)	(18.644)	(17.493)	-	-
Amortização do valor justo alocado às ações da MRS	(11.747)	(11.747)	(11.747)	(11.747)
Lucros nos estoques	-	-	-	5.585
Outros	-	-	-	210
Total	66.786	56.691	81.170	132.637

- **Descrição e principais informações sobre a controlada direta e coligada**

- CSN MINING HOLDING, S.L. (Ex-Namisa International Minérios, S.L.U.)

Situada em Madri, essa subsidiária integral foi adquirida em 16 de abril de 2008 e atua como “holding”, tendo participação de 100% no capital das controladas CSN Mining GmbH, CSN Mining Ásia e CSN Mining Portugal, cujas principais atividades estão relacionadas à comercialização de minério de ferro no mercado internacional e às operações financeiras. Com a combinação de negócios ocorrida em novembro de 2015 e consequente incorporação da Namisa pela Companhia em dezembro de 2015, a CSN Mining Holding passou a ser de controle direto da CSN Mineração.

A denominação social da Namisa International Minérios, S.L.U. foi alterada para CSN Mining Holding, S.L. em 12 de setembro de 2017.

Em 29 de janeiro de 2018 a CSN Mining Holding declarou e pagou dividendos no montante de R\$ 159 milhões.

- MRS LOGÍSTICA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA., localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A concessão tem prazo de duração de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva do poder concedente.

A MRS pode explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

A Companhia detém diretamente participação de 18,63% no capital social da MRS, representado por: (i) 7,59% em ações ordinárias, sendo uma ação vinculada ao acordo de acionistas; e (ii) 11,04% em ações preferenciais.

As principais informações financeiras sobre os ativos, passivos e resultados dessa controlada em conjunto estão demonstrados a seguir e referem-se a 100% do resultado da empresa:

Balanço Patrimonial

	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	345.962	484.978	Fornecedores	298.129	220.968
Contas a receber	247.203	278.586	Emprestimos e financiamentos	422.794	672.332
Estoques	107.563	85.893	Tributos a recolher	321.603	159.836
Impostos a recuperar	300.347	96.082	Dividendos a pagar	123.884	109.642
Outros	99.405	75.092	Outros	624.675	331.417
Não circulante			Não circulante		
Impostos a recuperar	152.022	43.172	Emprestimos e financiamentos	2.111.518	2.056.497
Investimento, imobilizado e intangível	6.437.740	6.277.311	Tributos diferidos	353.117	235.569
Outros	697.099	492.805	Outros	287.415	492.377
			Patrimônio Líquido		
			Capital Social	1.718.439	1.597.362
			Reserva de lucros	2.116.171	1.949.064
			Resultados abrangentes	9.596	8.855
Total Ativos	8.387.341	7.833.919	Total Passivos e Patrimônio Líquido	8.387.341	7.833.919

Demonstrações de resultados

	31/12/2018	31/12/2017
Demonstração do resultado		
Receita líquida	3.726.448	3.492.805
(-) Custo dos produtos vendidos	(2.476.627)	(2.307.108)
Lucro bruto	1.249.821	1.185.697
Despesas operacionais	(313.606)	(283.151)
Resultado financeiro, líquido	(151.839)	(187.295)
Lucro antes dos Impostos	784.376	715.251
Impostos sobre o Lucro	(262.760)	(254.001)
Lucro líquido do exercício	521.616	461.250

- CGPAR Construções Pesadas S.A.

Em 14 de julho de 2017 a Companhia concluiu a aquisição da CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A, a empresa prestadora de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens, que até esta data era controlada pela CSN, o valor da aquisição foi de R\$ 99.452, a transação foi avaliada pela administração como uma "transação de capital". Com isso a mais-valia de R\$ 35.389 foi reconhecida como "Ajuste de avaliação patrimonial - distribuição de capital entre os sócios" no Patrimônio líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

9.a) Composição do imobilizado

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.181	1.477.309	3.456.299	11.550	1.371.134	38.654	6.412.127
Custo	57.181	1.746.589	5.659.433	30.002	1.371.134	95.803	8.960.142
Depreciação acumulada	-	(269.280)	(2.203.134)	(18.452)	-	(57.149)	(2.548.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.181	1.477.309	3.456.299	11.550	1.371.134	38.654	6.412.127
- Aquisições	-	-	27.717	519	465.721	2.344	496.301
- Juros capitalizados (Nota 24)	-	-	-	-	54.929	-	54.929
- Depreciação	-	(52.946)	(333.706)	(1.862)	-	(4.302)	(392.816)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	(276.388)	385.108	(593)	(102.690)	122	5.559
- Perdas estimadas e baixa de bens	-	-	(1.700)	(1)	-	(134)	(1.835)
- Outros	-	-	-	-	231	(3)	228
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.181	1.147.975	3.533.718	9.613	1.789.325	36.681	6.574.493
Custo	57.181	1.438.112	6.102.401	27.172	1.789.325	91.408	9.505.599
Depreciação acumulada	-	(290.137)	(2.568.683)	(17.559)	-	(54.727)	(2.931.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.181	1.147.975	3.533.718	9.613	1.789.325	36.681	6.574.493

	Controladora						
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.181	1.477.309	3.456.299	11.550	1.371.134	38.501	6.411.974
Custo	57.181	1.746.589	5.658.682	30.002	1.371.134	95.639	8.959.227
Depreciação acumulada	-	(269.280)	(2.202.383)	(18.452)	-	(57.138)	(2.547.253)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.181	1.477.309	3.456.299	11.550	1.371.134	38.501	6.411.974
- Aquisições	-	-	27.717	519	465.721	2.244	496.201
- Juros capitalizados (Nota 24)	-	-	-	-	54.929	-	54.929
- Depreciação	-	(52.945)	(333.706)	(1.862)	-	(4.218)	(392.731)
- Transferências para outras categorias de ativos	-	(276.389)	385.108	(593)	(102.690)	123	5.559
- Perdas estimadas e baixa de bens	-	-	(1.700)	(1)	-	(134)	(1.835)
- Outros	-	-	-	-	231	(1)	230
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.181	1.147.975	3.533.718	9.613	1.789.325	36.515	6.574.327
Custo	57.181	1.438.111	6.102.401	27.172	1.789.325	91.146	9.505.336
Depreciação acumulada	-	(290.136)	(2.568.683)	(17.559)	-	(54.631)	(2.931.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.181	1.147.975	3.533.718	9.613	1.789.325	36.515	6.574.327

(*) Referem-se substancialmente benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares

9.b) Obras em andamento

Os gastos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços e compra de partes e peças, a serem aplicados para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para as respectivas contas e depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 é composto pelos seguintes projetos:

Descrição do projeto	Data de início	Data de conclusão	Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017
Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.	2007	2024 ⁽¹⁾	837.980	745.685
Expansão da capacidade de exportação do TECAR.	2009	2022 ⁽²⁾	289.298	275.810
Investimentos correntes para continuidade das operações atuais.			662.047	349.639
Total Obras em andamento			1.789.325	1.371.134

(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1;

(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

	Consolidado e controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Em anos		
Edificações	39	42
Máquinas, equipamentos e instalações	14	16
Móveis e utensílios	11	12
Outros	17	17

9.c) Juros Capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$54.929 (R\$70.649 em 31 de dezembro de 2017). Esses custos foram apurados, basicamente, para os projetos de expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra e na expansão da capacidade de exportação do TECAR. As taxas dos projetos não específicos em exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é 6,31% a.a (8,63% a.a em 31 de dezembro de 2017).

10. INTANGÍVEL

	Consolidado e Controladora				
	Ágio ⁽¹⁾	Relações com fornecedores ⁽²⁾	Software	Direitos e Licenças ⁽³⁾	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.196.587	943	9.577	1.049.399	4.256.506
Custo	3.196.587	1.420	34.958	1.062.630	4.295.595
Amortização acumulada	-	(477)	(25.381)	(13.231)	(39.089)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.196.587	943	9.577	1.049.399	4.256.506
- Amortização		(241)	(3.700)	(5.469)	(9.410)
- Transferências para outras categorias de ativos			(5.559)		(5.559)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.196.587	702	318	1.043.930	4.241.537
Custo	3.196.587	1.420	11.455	1.062.630	4.272.092
Amortização acumulada		(718)	(11.137)	(18.700)	(30.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.196.587	702	318	1.043.930	4.241.537

1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição do controle da Namisa.

2. Intangível relacionado aos contratos com fornecedores adquiridos na aquisição do controle da Namisa.

3. Direito minerário da mina de Engenho, a amortização é realizada pelo volume de extração de minério de ferro bruto realizado na mina.

O prazo de vida útil estimada, em anos, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes :

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2018	12/31/2017
Relações com fornecedores	6	6
Software	6	7
Direitos e licenças	49	49

10.a) Teste para verificação de *impairment*

O teste de *impairment* foi realizado no ágio oriundo de expectativa de rentabilidade futura, decorrente da aquisição da Namisa pela Companhia, concluído em 30 de novembro de 2015 e inclui ainda os saldos do ativo imobilizado, do ativo intangível e do estoque de longo prazo. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos exercícios e baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento ("capex") futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As principais premissas utilizadas no teste foram as seguintes:

- **Mensuração do valor recuperável:** Fluxo de Caixa Descontado;
- **Projeção do fluxo de caixa:** até 2054;
- **Margem bruta:** média da margem bruta da unidade geradora de caixa baseada no histórico e nas projeções para os próximos 36 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo;
- **Atualização dos custos:** baseados em dados históricos e tendências de mercado;
- **Taxa de desconto:** fluxo de caixa foi descontado utilizando uma taxa de desconto após os impostos em termos reais baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico do segmento de mineração.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por *impairment* dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

11. PARTES RELACIONADAS

11.a) Relacionamentos com partes relacionadas

A CSN é o acionista controlador da Companhia detendo 87,52% de participação no capital votante. A CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 49,24% do capital social da CSN.

A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 20 de fevereiro de 2019.

11.b) Transações com controladores, controladas, coligadas e outras partes relacionadas

- **Por operação**

Balço patrimonial

				Consolidado		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	102	-	102	-	-	-
Fundos exclusivos	16.771	-	16.771,00	16.020	-	16.020
Contas a Receber (Nota 5)	218.783	-	218.783	115.753	-	115.753
Dividendos (Nota 7)	23.080	-	23.080	20.409	-	20.409
Outros (Nota 7)	3.653	14.479	18.132	5.170	15.383	20.553
	262.389	14.479	276.868	157.352	15.383	172.735
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Pré-Pagamento (Nota 12)	600.378	771.813	1.372.191	30.789	1.141.008	1.171.797
Provisões para custos e despesas (Nota 15)	26.575	96.630	123.205	46.139	-	46.139
Dividendos	252.186	-	252.186	1.527.728	-	1.527.728
Fornecedores	146.680	-	146.680	310.249	-	310.249
Outros	-	-	-	129	-	129
	1.025.819	868.443	1.894.262	1.915.034	1.141.008	3.056.042

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

				Controladora		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	102	-	102	-	-	-
Fundos exclusivos	16.771	-	16.771	16.020	-	16.020
Contas a Receber (Nota 5)	218.783	-	218.783	257.510	-	257.510
Dividendos (Nota 7)	23.080	-	23.080	20.409	-	20.409
Outros (Nota 7)	3.940	14.479	18.419	3.988	15.383	19.371
	262.676	14.479	277.155	297.927	15.383	313.310
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Pré-Pagamento (Nota 12)	600.378	771.813	1.372.191	30.789	1.141.008	1.171.797
Provisões para custos e despesas (Nota 15)	26.322	96.630	122.952	87.067	-	87.067
Dividendos	252.186	-	252.186	1.527.728	-	1.527.728
Fornecedores	146.680	-	146.680	310.249	-	310.249
Outros	-	-	-	129	-	129
	1.025.566	868.443	1.894.009	1.955.962	1.141.008	3.096.970

Demonstração do resultado

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas				
Vendas	2.070.357	1.962.081	2.070.357	3.015.337
Juros	2.749	1.319	2.749	1.319
Custos / Despesas				
Compras	(1.052.827)	(875.052)	(1.105.419)	(873.442)
Juros	(276.092)	(86.301)	(276.092)	(86.301)
Variações Cambiais Líquidas	(195.503)	(16.867)	(196.032)	(18.398)
	548.684	985.180	495.563	2.038.515

• **Por empresa**

	31/12/2018										Consolidado		
	Ativo			Passivo			Resultado				Total		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	Resultado financeiro líquido	Variações Cambiais líquidas			
Grupo CSN	129.829	14.479	144.308	933.316	771.813	1.705.129	1.137.330	(263.405)	(199.459)	(195.503)	478.963		
MRS logística S.A	23.080	-	23.080	55.937	96.630	152.567	-	(769.163)	(16.092)	-	(785.255)		
Consortio Asiático	109.480	-	109.480	36.566	-	36.566	933.027	(20.259)	(57.792)	-	854.976		
Total em 31/12/2018	262.389	14.479	276.868	1.025.819	868.443	1.894.262	2.070.357	(1.052.827)	(273.343)	(195.503)	548.684		
Total em 31/12/2017	157.352	15.383	172.735	1.915.034	1.141.008	3.056.042	1.962.081	(875.052)	(84.982)	(16.867)	985.180		
	31/12/2017										Controladora		
	Ativo			Passivo			Resultado				Total		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Vendas	Compras	Resultado financeiro líquido	Variações cambiais líquidas			
Grupo CSN	129.828	14.479	144.307	933.065	771.813	1.704.878	1.137.330	(263.405)	(199.459)	(195.503)	478.963		
CSN Mining GmbH	299	-	299	-	-	-	-	(39.128)	-	-	(39.128)		
CSN Mining Portugal	-	-	-	-	-	-	-	(4.443)	-	4	(4.439)		
CSN Mining Asia	-	-	-	-	-	-	-	(9.020)	-	-	(9.020)		
MRS logística S.A	23.080	-	23.080	56.190	96.630	152.820	-	(769.165)	(16.092)	(533)	(785.790)		
Consortio Asiático	109.469	-	109.469	36.311	-	36.311	933.027	(20.258)	(57.792)	-	854.977		
Total em 31/12/2018	262.676	14.479	277.155	1.025.566	868.443	1.894.009	2.070.357	(1.105.419)	(273.343)	(196.032)	495.563		
Total em 31/12/2017	297.927	15.383	313.310	1.955.962	1.141.008	3.096.970	3.015.337	(873.442)	(84.982)	(18.398)	2.038.515		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Comentários sobre as principais transações e saldos com partes relacionadas**

Grupo CSN

Contas a receber: A companhia realiza venda de minério de ferro no mercado interno para a CSN em um contrato de longo prazo. Esse contrato prevê a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

Pré-pagamento: contratos financeiros de pré-pagamento de exportação de minério de ferro celebrados entre a CSN Mineração e certas controladas da CSN. Os detalhes dos contratos estão descritos na Nota 12.

Dividendos a pagar: dividendos declarados pela Namisa e sucedidos pela CSN Mineração e devidos aos sócios CSN e Consorcio Asiático na proporção de 60% e 40%. Para os dividendos mínimos obrigatórios a partir do ano de 2016 foram aplicados os percentuais de participação definidos após a combinação de negócios.

Em 02 de fevereiro de 2018 foram pagos pela Companhia os dividendos declarados pela Namisa, os dividendos referente ao exercício de 2016 declarados na RCA realizada em 31 de janeiro de 2018. E em 26 de junho de 2018 foram declarados os dividendos referente ao exercício de 2017 que foram pagos em no terceiro trimestre de 2018.

A Companhia pagou juros de mora sobre dividendos 2015 declarados pela Namisa e pagos aos sócios em 02 de fevereiro de 2018 no montante R\$ 144,5 milhões.

MRS Logística

A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de longo prazo de transporte ferroviário para escoamento e a movimentação da produção. As obrigações assumidas e os valores envolvidos estão detalhados na Nota 26. Os preços praticados com a MRS seguem um modelo tarifário baseado em premissas de mercado.

Por possuir participação de 18,63% no capital da MRS a Companhia recebe dividendos periodicamente proporcionais à sua participação no capital dessa coligada.

Em setembro de 2018, a Companhia firmou acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT), o que resultará no pagamento de uma indenização de R\$ 120 milhões a valor presente. O pagamento ocorrerá anualmente de 2019 até 2026.

Consorcio asiático

A Companhia realiza venda de minério de ferro no mercado externo para o Consórcio Asiático em um contrato de longo prazo. Esse contrato prevê a prática de preço com base nos índices comumente praticados no mercado de minério de ferro.

11.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

- **CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora, sendo esta, uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme Nota 25.

- **Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

11.d) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do conselho de administração, os diretores estatutários e demais diretores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	4.613	9.446
Benefícios pós-emprego	192	219
Total	4.805	9.665

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos que se encontram registrados ao custo amortizado são conforme abaixo:

	Consolidado e Controladora			
	Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contratos de dívida no mercado internacional				
Títulos com juros fixos em:				
US\$				
Pré-Pagamento - partes relacionadas	600.378	30.789	771.813	1.141.008
	600.378	30.789	771.813	1.141.008
Contratos de dívida no Brasil				
Títulos com juros variáveis em:				
R\$				
NCE - Banco do Brasil	37.464	741.533	1.369.830	1.285.000
Títulos com juros fixos em:				
R\$				
BNDES/FINAME e CCB	4.693	9.419	12.745	15.685
	42.157	750.952	1.382.575	1.300.685
Total de Empréstimos e Financiamentos	642.535	781.741	2.154.388	2.441.693
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(3.117)	(3.005)	(10.758)	(2.651)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	639.418	778.736	2.143.630	2.439.042

Os empréstimos e financiamentos com partes relacionadas totalizam R\$1.372.191 em 31 de dezembro 2018 (R\$1.171.797 em 31 de dezembro 2017) e estão relacionados, substancialmente, a pré-pagamentos de exportação, com características e condições descritas a seguir:

- CSN Resources - contrato de US\$127,8 milhões, equivalentes a R\$495,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$422,9 milhões em 31 de dezembro de 2017), com taxa de juros de 7,56% a 7,80% ao ano, com vencimentos em maio 2027.
- CSN Islands XII - contrato de US\$226,4 milhões, equivalentes a R\$877,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 (748,9 milhões em 31 de dezembro de 2017), com taxa de juros de 7,62% a 7,95% ao ano, com vencimento para abril de 2014 e fevereiro de 2015.

A Companhia aprovou em RCA realizada em 20 de dezembro de 2018 a antecipação dos vencimentos dos empréstimos com partes relacionadas para o 1º trimestre de 2019.

As notas de crédito à exportação (NCE) possuem vencimentos escalonados entre o período de 2019 e 2024.

Na tabela a seguir demonstramos a taxa média de juros:

	Taxa de juros média	Dívida Total
US\$	7,7%	1.372.191
R\$	8,4%	1.424.732
	-	2.796.923

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• **Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o montante principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

Consolidado e controladora					
	Pré - Pagamento	NCE	BNDES e CCB	Total	%
2020	-	7.690	4.588	12.278	1%
2021	-	384.410	3.801	388.211	18%
2022	-	354.430	2.536	356.966	17%
2023	-	394.420	1.658	396.078	18%
2024	195.677	228.880	162	424.719	20%
Após 2024	576.136	-	-	576.136	26%
	771.813	1.369.830	12.745	2.154.388	100%

• **Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	3.217.778	3.220.833	3.217.778	3.220.833
Captações	1.896		1.896	
Amortização principal	(604.347)	(7.724)	(604.347)	(7.103)
Pagamentos de encargos	(246.746)	(332.465)	(246.746)	(332.387)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	224.537	308.636	224.537	308.558
Variação cambial	198.151	16.626	198.151	16.626
Custo de transação	(8.221)		(8.221)	
Outros		11.872		11.251
Saldo final	2.783.048	3.217.778	2.783.048	3.217.778

• **Covenants**

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos. Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui provisionado R\$24.103 (R\$17.430 em 31 de dezembro de 2017) no Consolidado e na Controladora de comissão por assunção de riscos.

Os contratos celebrados com o BNDES possuem garantia real representada pelos bens financiados.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.a) - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadoria e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

As informações contábeis sobre os instrumentos financeiros são apresentadas com base nos dados consolidados.

• **Classificação de instrumentos financeiros (consolidado)**

Com entrada em vigor da IFRS 09/CPC 48, as categorias de classificação de instrumentos financeiros, mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda foram retirados. O IFRS 09/CPC 48 contém três categorias de classificação e mensuração de instrumentos financeiros: custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

	Publicado em 31/12/2017	Republicado em 31/12/2018	Consolidado Saldo em 31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	2.761.194
Aplicação financeira vinculada	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	3.715
Contas a Receber Líquidas	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	611.490
Dividendos a receber	Custo amortizado	Custo amortizado	20.409
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	781.741
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	696.804
Dividendos e JCP	Custo amortizado	Custo amortizado	1.527.728
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	2.441.693

Mensurados pelo Custo amortizado

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	1.443.204	2.761.194
Aplicações Financeiras	4	9.487	3.715
Contas a receber de clientes	5	738.455	611.490
Dividendos	7	23.080	20.409
Total do Ativo		2.214.226	3.396.808
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	642.535	781.741
Fornecedores		763.149	696.804
Dividendos	11	252.186	1.527.728
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	2.154.388	2.441.693
Total do Passivo		3.812.258	5.447.966

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13.b) - Gestão de riscos financeiros:

A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Companhia acredita estar exposta ao risco de taxa de câmbio e ao risco de liquidez.

A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

- **Risco de taxa de câmbio**

A exposição decorre da existência de ativos e passivos gerados em Dólar ou Euro e é denominada exposição cambial natural. Em 31 de dezembro de 2018 a Administração considerou não ser necessária a contratação e instrumentos derivativos ou a adoção da contabilidade de *hedge*. A exposição consolidada em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

Exposição Cambial	31/12/2018	
	(Valores em US\$ mil)	(Valores em € mil)
Caixa e equivalente no exterior	326.278	2.527
Contas a receber - clientes mercado externo	201.783	-
Outros Ativos	109	1.366
Total ativo	528.170	3.893
Fornecedores	(16.334)	(2.979)
Empréstimos - partes relacionadas	(354.132)	-
Outros Passivos	(1.845)	(911)
Total passivo	(372.311)	(3.890)
Exposição natural	155.859	3

- **Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade para os riscos cambiais. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2018.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de câmbio	31/12/2018		
		Cenário		
		Provável	Cenário 1	Cenário 2
USD	3,8748	3,7626	4,8435	5,8122
EUR	4,4390	4,2833	5,5488	6,6585

Juros	Taxa de juros	31/12/2018	
		Cenário 1	Cenário 2
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
TJLP	6,56%	8,20%	9,84%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Valor de referência	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1	Cenário 2
Posição cambial natural	155.859	Dólar	(17.487)	150.981	301.962
Posição cambial natural	3	Euro	-	3	7

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as cotações disponíveis no site do Banco Central do Brasil em 25/01/2019.

- Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros**

Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de evolução para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2018.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Valor de referência (R\$ mil)	Cenário Provável (*)	Impacto no resultado em 31/12/2018	
				Cenário 1	Cenário 2
CDI	6,40	(1.242.230)	(2.094)	(19.876)	(39.752)
TJLP	6,98	(15.685)	(31)	(274)	(548)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2018 registrados no ativo e passivo da companhia

- Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota de empréstimos e financiamentos.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e financiamentos	642.535	400.489	1.177.763	576.136	2.796.923
Fornecedores	763.149				763.149
Dívidas	252.186	-	-	-	252.186
Em 31 de dezembro de 2017					
Empréstimos e financiamentos	781.741	816.272	484.197	1.141.224	3.223.434
Fornecedores	696.804				696.804
Dívidas	1.527.728	-	-	-	1.527.728

13.c) - Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributos parcelados (Nota 17)	8.235	7.983	8.235	7.983
Imposto de renda e Contribuição social	3.749	50.830	-	38.017
CFEM/TFRM	45.306	20.282	45.306	20.282
ICMS	1.262	1.735	1.262	1.735
ISS	532	2.004	532	2.004
Outros tributos	1.995	3.411	1.702	3.008
Total	61.079	86.245	57.037	73.029

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributos parcelados (Nota 17)	71.098	75.849	71.098	75.849
Participação sobre lucro - empregados	26.866	10.483	26.171	10.483
Provisão fretes	3.100	67.148	-	63.969
Atualização A.R.O e passivo ambiental (Nota 19)	70.331	68.676	70.331	68.676
Adiantamento de clientes para fretes (1)	58.963	-	58.963	-
Demurrage/Dispatch com terceiros	12.160	778	11.098	-
Provisões para custos e despesas - partes relacionadas (Nota 11)	123.205	46.139	122.952	87.067
Provisões para custos e despesas	31.574	62.805	31.006	59.501
Covenants (Nota 12)	24.103	17.430	24.103	17.430
Dividendos propostos	252.186	1.527.728	252.186	1.527.728
Outras obrigações	13.727	11.272	10.499	9.038
Total	687.313	1.888.308	678.407	1.919.741
Circulante	445.255	1.743.783	436.349	1.775.216
Não circulante	242.058	144.525	242.058	144.525
Total	687.313	1.888.308	678.407	1.919.741

1 - Refere-se a Recebimento da parcela da receita referente ao frete e seguro marítimo não reconhecidas, pois seguindo as orientações da norma IFRS 15/ CPC 47, o frete no *incoterms* "CIF/CFR" é considerado uma obrigação de performance distinta e, para estes não houve a conclusão do processo de entrega em 31 de dezembro de 2018, mas o cliente já efetuou o pagamento.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
(Despesa) Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(512.709)	(279.672)	(499.497)	(252.421)
Diferido	1.193	(138.924)	1.193	(138.924)
	(511.516)	(418.596)	(498.304)	(391.345)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do IR e da CSLL	1.573.353	1.295.579
Alíquota	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(534.940)	(440.497)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	26.701	23.269
Outras exclusões (adições) permanentes	(3.453)	4.509
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	(3.829)	7.814
Ajuste <i>transferprice</i>	(21.056)	(13.183)
IR/CS sobre lucros no exterior	(1.384)	(508)
Incentivos fiscais (FINOR e doações incentivadas)	26.445	-
IR / CSLL no resultado do período	(511.516)	(418.596)
Alíquota efetiva	33%	32%

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do IR e da CSLL	1.560.141	1.268.328
Alíquota	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(530.448)	(431.232)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	31.592	49.090
Outras exclusões (adições) permanentes	(3.453)	(7.789)
Ajuste <i>transferprice</i>	(21.056)	(13.183)
IR/CS sobre lucros no exterior	(1.384)	(508)
Incentivos fiscais (FINOR e doações incentivadas)	26.445	12.277
IR / CSLL no resultado do período	(498.304)	(391.345)
Alíquota efetiva	32%	31%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Consolidado e Controladora			
	Saldo Inicial	Movimentação		Saldo Final
	31/12/2017	Resultado Abrangente	Resultado	31/12/2018
Diferido Passivo				-
Diferenças temporárias	390.775	(739)	(1.193)	388.843
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	(20.982)	-	818	(20.164)
- Provisões para passivos ambientais	(3.894)	-	297	(3.597)
- Perdas estimadas em ativos	(30.645)	-	7.783	(22.862)
- Perdas estimadas em estoques	(19.212)	-	(12.079)	(31.291)
- Passivo atuarial (Plano de previdência e saúde)	3.733	(739)	104	3.098
- Provisão para consumos e serviços	(10.865)	-	333	(10.532)
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(786)	-	12	(774)
- Provisão A.R.O	(9.349)	-	(2.370)	(11.719)
- Combinação negócios mineração	318.544	-	(9.724)	308.820
- Variações Cambiais não realizadas	82.435	-	(78.657)	3.778
- Provisão <i>covenants</i>	(5.926)	-	(2.269)	(8.195)
- Amortização de ágio fiscal	114.548	-	57.274	171.822
- Ajuste a valor presente ⁽¹⁾	-	-	23.189	23.189
- Outras	(26.826)	-	14.096	(12.730)
Passivo Não Circulante	390.775	(739)	(1.193)	388.843

1. Ajuste a valor presente reconhecido no acordo para revisar os volumes do Plano Anual de Transporte (PAT) com a MRS (Nota 11).

17. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do REFIS e demais parcelamentos, registrados em obrigações fiscais e outras obrigações, no passivo circulante e não circulante, conforme Nota 14 e 15 estão demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora					
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
	31/12/2018	31/12/2018		31/12/2017	31/12/2017	
REFIS Federal Lei 11.941/09 ⁽¹⁾	1.995	18.437	20.432	1.999	19.468	21.467
REFIS Federal Lei 12.865/13 ⁽²⁾	6.240	52.661	58.901	5.983	56.382	62.365
	8.235	71.098	79.333	7.982	75.850	83.832

1. Débitos relativos ao programa de parcelamento introduzido pela Lei 11.941/2009, em razão da reabertura dos prazos para adesão trazida pelas Leis nº 12.865/13 e 12.996/14.

2. Débitos decorrente do parcelamento fiscal instituído pelo artigo 40 da Lei nº 12.865/13 de débitos de IRPJ e da CSLL incidentes sobre os lucros das controladas situadas no exterior nos anos calendários de 2009 a 2012, decorrente da aplicação do artigo 74 da MP 2.158-35/2001.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITO JUDICIAL

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado e controladora			
	Passivo	Depósitos	Passivo	Depósitos
	Provisionado	Judiciais ^(*)	Provisionado	Judiciais ^(*)
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Trabalhistas	44.207	27.618	49.897	29.283
Cíveis	9.863	5.714	10.209	
Ambientais	3.359		3.131	
Fiscal	1.874		805	
	59.303	33.332	64.042	29.283
Circulante	6.965		-	
Não circulante	52.338	33.332	64.042	29.283
Total	59.303	33.332	64.042	29.283

(*) Os depósitos judiciais estão alocados em nosso balanço patrimonial na rubrica "Outros - Ativo circulante"- vide nota 7.

A movimentação das provisões trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2018 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado e Controladora				
	31/12/2017	Adição	Atualização Líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2018
Trabalhista	49.897	1.558	9.051	(16.299)	44.207
Cível	10.209	669	1.288	(2.303)	9.863
Ambiental	3.131	223	293	(288)	3.359
Fiscal	805	1.874	-	(805)	1.874
Total	64.042	4.324	10.632	(19.695)	59.303

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável.

Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, os quais, em 31 de dezembro de 2018, somavam R\$5.365.711 (R\$5.122.719 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$285.416 em processos trabalhistas (R\$227.321 em 31 de dezembro de 2017), R\$38.756 em processos cíveis (R\$ 506.138 em 31 de dezembro de 2017), R\$5.007.643 em processos fiscais (R\$4.365.103 em 31 de dezembro de 2017) e R\$33.895 em processos ambientais (R\$24.157 em 31 de dezembro de 2017).

A seguir, uma breve descrição dos processos fiscais mais relevantes, com avaliação de perda possível:

Principais processos	31/12/2018	31/12/2017
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL- Glosa das deduções do ágio gerado na incorporação reversa da Big Jump pela Namisa.	3.722.888	2.623.179
Autos de Infração - ICMS - remessa e retorno de mercadoria para Industrialização. ⁽¹⁾	-	443.359
Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) - IRPJ/CSLL - Lucros auferidos no exterior ano 2008.	362.346	348.554
CFEM- Cobranças administrativas por suposto não recolhimento de CFEM em razão de divergências sobre a base de cálculo.	239.627	223.007
Auto de Infração - IRRF - Ganho de Capital dos vendedores da empresa CFM situados no exterior.	243.007	203.185
Outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais).	439.775	523.820
Total	5.007.643	4.365.103

1. Homologação perante a Secretaria de Fazenda e Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais com os benefícios trazidos no Programa de Regularização de Crédito Tributário – "Novo Regularize", instituído pela Lei nº 22.549/2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Ambiental	6.985	6.968
Desativação de ativos	63.346	61.708
	70.331	68.676

19.a) Passivos Ambientais

Em 31 de dezembro de 2018 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia no Estado de Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no IAS 37/CPC 25.

19.b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

Em 2015 a Companhia concluiu, com a assessoria de empresa especializada, um novo relatório de certificação das reservas minerais das minas Casa de Pedra e Engenho. Este relatório certificou reservas de 3.021 milhões de toneladas de minério de ferro.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.a) Capital social integralizado

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e realizado, é de R\$6.103.872, dividido em 181.001.902 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

20.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018 define que o capital social pode ser elevado a até 300.000.000 de ações ordinárias, por decisão do Conselho de Administração.

20.c) Reserva de capital

A reserva de capital no montante de R\$141.723 refere-se ao excedente entre o valor efetivamente integralizado pela CSN no montante de R\$156.723 e o valor destinado ao capital social o valor de R\$15.000.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

20.d) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

20.e) Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a composição acionária era a seguinte:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
Companhia Siderurgica Nacional	158.419.480	87,52370%
Japão Brasil Minério de Ferro Participações	18.178.466	10,04320%
Pohang Iron and Steel Company	3.658.394	2,02120%
China Steel Corporation	745.562	0,41190%
	181.001.902	100,0000%

20.f) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia e o Acordo de Acionistas, do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com o art. 202 da Lei 6.404, serão devidos dividendos calculados conforme a seguir:

- Dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas;
- Dividendo adicional equivalente a 25% do Lucro Líquido Ajustado deverá ser distribuído aos acionistas, subtraindo-se os valores que forem retidos com base em orçamento de capital;
- O saldo que não for retido com base em orçamento de capital deverá ser alocado a uma reserva estatutária para operações, projetos e/ou investimentos ("Reserva de Investimentos"), exceto se de outra forma for aprovado pela assembleia geral, sendo certo que (i) o valor destinado para a Reserva de Investimentos não poderá exceder 50% do Lucro Líquido Ajustado; e (ii) a Reserva de Investimentos não poderá exceder 100% do capital social da Companhia;
- Qualquer valor não alocado conforme previsto acima será distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais.

Em 31 de Janeiro de 2018 a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos adicionais relacionados aos resultados de 2016 no montante de R\$157.426 mil (R\$0,869745 por ação). Adicionalmente em 28 de junho de 2018 a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos adicionais relacionados aos resultados de 2017 R\$208.283 mil (R\$1,150725 por ação)

A Companhia propôs a destinação dos lucros que será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. O quadro a seguir demonstra os valores da proposta:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	1.061.837	876.983
Reserva Legal	(53.093)	(43.850)
Reserva de Investimento	-	(416.567)
Dividendos mínimos obrigatórios	(252.186)	(208.283)
Dividendos adicionais propostos	(756.558)	(208.283)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20.g) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro líquido do período dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação foi calculado conforme demonstrativo abaixo:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
	Ações ordinárias	Ações ordinárias
Lucro líquido do exercício	1.061.837	876.983
Média ponderada da quantidade de ações	181.002	181.002
Lucro por ação básico e diluído	5,8664	4,8452

20.h) Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Os Outros Resultados Abrangentes consistem-se basicamente ajustes atuariais no benefício pós-emprego que não transitam pelo resultado do exercício.

Os ajustes de avaliação patrimonial decorrem de combinação de negócio e transação de capital ocorridas em novembro de 2015 e julho de 2017, respectivamente.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta				
Mercado interno	1.162.423	994.432	1.162.423	994.189
Mercado externo	6.359.276	4.724.143	6.359.357	4.290.811
Ajuste de preço à valor de mercado aplicável ao contrato de venda	(55.181)	(26.631)	(54.807)	(31.210)
	7.466.518	5.691.944	7.466.973	5.253.790
Deduções				
Impostos incidentes sobre vendas	(220.083)	(190.899)	(220.083)	(190.657)
Abatimentos	(13.352)	-	(13.352)	-
	(233.435)	(190.899)	(233.435)	(190.657)
Receita Líquida	7.233.083	5.501.045	7.233.538	5.063.133

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Frete /Seguro marítimo	(1.294.977)	(909.446)	(1.293.895)	(552.785)
Mão de obra	(759.998)	(404.135)	(773.697)	(397.901)
Manutenção (Serviços e Materiais)	(426.981)	(202.133)	(433.175)	(206.001)
Depreciação, amortização e exaustão	(360.147)	(480.204)	(360.062)	(478.689)
Serviços de terceiros (Inclusive concessionárias)	(352.781)	(186.072)	(356.939)	(183.931)
Material de terceiros	(895.141)	(1.309.427)	(895.141)	(1.309.427)
Suprimentos	(242.419)	(110.169)	(245.936)	(112.277)
Impostos e taxas	(305.589)	(74.224)	(310.022)	(75.644)
Frete ferroviário	(67.537)	(86.191)	(67.537)	(86.191)
Arrendamento portuário	(134.650)	(107.296)	(134.650)	(107.296)
Outros	(130.572)	(139.665)	(126.527)	(139.871)
Total por natureza	(4.970.792)	(4.008.962)	(4.997.581)	(3.650.013)
Custo dos produtos vendidos	(3.522.221)	(2.935.754)	(3.550.471)	(2.950.211)
Despesas com vendas	(1.325.676)	(926.885)	(1.323.960)	(571.039)
Despesas gerais e administrativas	(122.895)	(146.323)	(123.150)	(128.763)
Total por alocação	(4.970.792)	(4.008.962)	(4.997.581)	(3.650.013)

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo de Produção	360.061	480.192	360.061	478.687
Despesa Vendas	54	1	1	1
Despesa Gerais e Administrativas	32	11	-	1
	360.147	480.204	360.062	478.689
Outras operacionais (*)	42.079		42.079	
	402.226	480.204	402.141	478.689

(*) Refere-se principalmente a depreciação e amortização de ativos paralisados, vide nota 23.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas operacionais				
Utilização de fundo de reversão CBS	6.203	7.504	6.203	7.504
Reembolso de sinistros ⁽¹⁾	22.500	-	22.500	-
Outras receitas	2.322	3.310	2.322	2.983
Despesa plano de pensão (Nota 25.c)	1.268	844	1.268	844
	32.293	11.658	32.293	11.331
Outras despesas operacionais				
Impostos e contribuições	(9.103)	(40.465)	(9.035)	(40.484)
Provisão para perda depósito judicial trabalhista	(2.366)	(1.681)	(2.366)	(1.681)
Provisão de passivo ambiental	(48)	(1.645)	(48)	(1.645)
Reversão/(provisão) previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões (Nota 18b)	4.739	(4.496)	4.739	(4.496)
Contingências previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais realizadas	(7.112)	(6.746)	(7.112)	(6.746)
Perdas estimadas e baixa de ativos (Nota 9)	(1.835)	(14.591)	(1.835)	(14.591)
Perdas estimadas com estoques de sobressalentes (Nota 6)	(1.299)	(9.127)	(1.299)	(9.127)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(3.053)	(2.580)	(3.053)	(2.580)
Sinistros	(3.086)	(9.945)	(3.086)	(9.945)
Depreciação de equipamentos paralizados (Nota 22)	(42.079)		(42.079)	
Multa contratual - revisão do "PAT"- MRS	(104.086)		(104.086)	
Provisão para perdas com inventários produtos acabado (Nota 6)	(34.227)		(34.227)	
Manutenção equipamentos paralizado	(9.376)		(9.376)	
Doações incentivadas	(17.014)	(7.716)	(17.014)	(7.716)
Outras despesas	(33.192)	(6.608)	(32.806)	(4.990)
	(263.137)	(105.600)	(262.683)	(104.001)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidos	(230.844)	(93.942)	(230.390)	(92.670)

1. Refere-se à indenização parcial do sinistro de colapso da Empilhadeira-Recuperadora nº 01, ocorrido em 15 abril de 2017, no Terminal de Cargas do Porto de Sepetiba, RJ

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras:				
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(122.516)	(222.335)	(122.516)	(222.257)
Partes relacionadas (Nota 11.b)	(276.092)	(86.301)	(276.092)	(86.301)
Juros Capitalizados (Nota 9)	54.929	70.649	54.929	70.649
Juros, multas e moras fiscais	(5.798)	(6.720)	(5.798)	(6.716)
Outras despesas financeiras	(49.513)	(22.953)	(43.065)	(22.879)
	(398.990)	(267.660)	(392.542)	(267.504)
Receitas financeiras:				
Partes relacionadas (Nota 11.b)	2.749	1.319	2.749	1.319
Rendimentos sobre aplicações financeiras	29.393	43.863	27.741	26.185
Outros rendimentos	11.152	5.608	11.151	5.603
	43.294	50.790	41.641	33.107
Variações monetárias líquidas	(699)	8.674	(1.620)	651
Variações cambiais líquidas	(168.485)	48.943	(174.075)	48.987
Variações monetárias e cambiais líquidas	(169.184)	57.617	(175.695)	49.638
Resultado financeiro líquido	(524.880)	(159.253)	(526.596)	(184.759)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seu acionista controlador em planos de pensão concedidos para os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas empresas do grupo que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

25.a) Descrição dos planos de pensão

Plano Misto de Benefício Suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido, caso o participante tenha optado pelo recebimento do seu benefício sob a forma de renda mensal vitalícia. Este plano foi desativado em 16 de setembro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBSPREV

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício

Plano CBSPREV Namisa

É um plano de Contribuição Definida com benefícios de riscos durante a atividade (projeção dos saldos em caso de invalidez ou morte e auxílio-doença/auxílio-acidente). Está em funcionamento desde 06 de janeiro de 2012, quando foi criado para atender exclusivamente aos colaboradores da Nacional Minérios S/A. Após a reorganização societária, ocorrida em 2016, outras Patrocinadoras aderiram a esse Plano, entre elas, a CSN Mineração.

Nesse plano, todos os benefícios oferecidos são calculados com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, e são pagos através de um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício.

O Plano CBSPREV Namisa está fechado para entrada de novos participantes, desde 2017.

25.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e as diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à Companhia, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, com base no estudo de ALM ("*Asset Liability Management*"), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de cinco anos, conforme estabelece a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 7, de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25.c) Benefícios concedidos e a conceder no Plano Misto de Benefício Suplementar

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente da obrigação de benefício definido	5.952	6.941
Valor justo dos ativos do plano	(20.544)	(22.742)
Déficit/(Superávit)	(14.592)	(15.801)
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	113	418
Passivo / (Ativo) líquido	(14.479)	(15.383)
Passivos	-	-
Ativos	(14.479)	(15.383)
Passivo/ (Ativo) Líquido reconhecido no Balanço patrimonial	(14.479)	(15.383)

O valor reconhecido na demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais, líquidas" foi uma despesa de R\$ 1.268 em 31 de dezembro de 2018 (despesa de R\$ 844 em 31 de dezembro de 2017), decorrente do cálculo atuarial.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes, totalizou um ganho atuarial de R\$ 9.209 (Em 31 de dezembro de 2017, totalizou um ganho atuarial de R\$ 11.382).

A perda ou o ganho atuarial são decorrentes de flutuação nos investimentos que compõem a carteira de ativos do plano.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Método Atuarial de Financiamento	Credito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda Funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Taxa de desconto nominal	9,69%	10,42%
Taxa de inflação	4,75%	5,00%
Taxa de aumento nominal do salário	5,80%	6,05%
Taxa de aumento nominal do benefício	4,75%	5,00%
Taxa de retorno dos investimentos	9,69%	10,42%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio: AT Segregada por sexo (suavizada em 10%)	Plano Milênio: AT Segregada por sexo (suavizada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Prudential (Ferr.Aposent.)	Prudential (Ferr. aposent.)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD 100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano.	Plano milênio 5% ao ano, nula para os planos BD 100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano.
Idade de aposentados	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido.	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido.

Seguem os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de pensão:

Pagamento de benefícios esperados	2018
Ano 1	429
Ano 2	468
Ano 3	510
Ano 4	553
Ano 5	592
Próximos 5 anos	3.535
Total de pagamento esperados	6.087

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía contratos com cláusulas de “take-or-pay” e de concessões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

26.a) Contratos “take-or-pay”

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período						Total
	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	
Transporte de minério de ferro, carvão, coque e outros produtos de mineração.	738.890	796.426	697.879	697.879	697.879	3.431.237	5.524.874
Prestação de serviço de desestiva de minérios no porto de Itaguaí	5.077	6.801	1.999	-	-	-	1.999
total	743.967	803.227	699.878	697.879	697.879	3.431.237	5.526.873

26.b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referentes às concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2018, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Natureza do serviço						Total
Concessão		2019	2020	2021	Após 2021		
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. O contrato foi renovado antecipadamente e sua expiração ocorrerá em 2047.	133.021	133.021	133.021	3.458.541	3.857.604	

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como mineração. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

As vendas por área geográfica estão demonstradas abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Asia	5.365.128	74%	4.066.429	74%
Europa	555.160	8%	445.610	8%
Oriente Médio	383.806	5%	185.473	3%
Mercado interno	928.989	13%	803.533	15%
	7.233.083		5.501.045	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

28. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia contrata vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN Mineração. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Crédito à Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Os seguros da Companhia são contratados em conjunto com os seguros do acionista controlador CSN.

Em 2018, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 31 de março de 2018 a 31 de março de 2019. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$100 milhões para locais com atividade de Mineração, combinado para Danos Materiais e Lucros Cessantes. Nos termos da apólice, a Companhia assume uma franquia de USD 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

	Consolidado e controladora	
	31/12/2018	31/03/2017
Acervo Líquido CGPAR		14.110
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	1.896	
	1.896	14.110

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Fevereiro/2019

Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia concluiu as negociações para um contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro firmado com uma trading internacional. A transação envolve adiantamento em dinheiro no valor de US\$500 milhões referente a um contrato de fornecimento de minério de ferro de aproximadamente 22 milhões de toneladas a ser executado num prazo de 5 anos. O recebimento ocorreu em 20 de março de 2019.

- Julho/2019

Em 11 de Julho de 2019, a Companhia concluiu as negociações para um aditivo ao contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro firmado com uma trading internacional. A transação envolve adiantamento adicional em dinheiro no valor de US\$250 milhões referente a um contrato de fornecimento de minério de ferro de 10,4 milhões de toneladas, com prazo de execução também de 5 anos. O recebimento ocorreu em 5 de agosto de 2019.

- Dezembro/2019

A Companhia aprovou em reuniões do Conselho de Administração durante do exercício corrente, a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados nos últimos anos, dividendos intermediários com base nos lucros do exercício corrente e o pagamento de juros sobre capital próprio, conforme abaixo, com pagamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As deliberações foram nas seguintes datas:

- 1º de abril de 2019 - dividendos referentes ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 – R\$1.008 milhões, pagos em 1º de abril de 2019;
- 24 de maio de 2019 – dividendos com reversão de reservas de lucros – R\$1.018 milhões, pagos em 27 de maio de 2019;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

- 18 de julho de 2019 – dividendos com reversão de reservas de lucros – R\$839 milhões, pagos em duas parcelas iguais em 19 de julho de 2019 e 9 de agosto de 2019;
- 12 de setembro de 2019 – Antecipação de dividendos do exercício a findar em 31 de dezembro de 2019 e juros sobre capital próprio – R\$1.226 milhões, pagos em 17 de setembro de 2019;
- 04 de novembro de 2019 - dividendos com reversão de reservas de lucros e juros sobre capital próprio - R\$500 milhões, pagos em duas parcelas, sendo uma de R\$300 milhões em 4 de novembro de 2019 e uma de R\$200 milhões em 5 de dezembro de 2019;
- 19 de dezembro de 2019 - dividendos com reversão de reservas de lucros – R\$300 milhões, pagos em 20 de dezembro de 2019;

Covid-19

Em dezembro de 2019, os primeiros casos de Covid-19 começaram a aparecer em diversos países no mundo e em março de 2020 a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a pandemia do vírus. Desde o início da pandemia, a Companhia tem adotado diversas medidas de precaução em todas as suas áreas para reduzir a exposição de seus colaboradores e garantir a continuidade de seus negócios. A pandemia causou diversos efeitos nos mercados globais e, a partir da última semana de março de 2020, as atividades econômicas também no Brasil foram reduzidas drasticamente, impondo restrições e medidas de distanciamento social a fim de reduzir a circulação do vírus. O orçamento de investimentos da Companhia para 2020 foi reduzido considerando os potenciais efeitos adversos da desaceleração econômica global, tendo sido priorizada a execução de projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança. A Companhia avaliou eventuais efeitos que tenham relação com a continuidade dos negócios e suas estimativas contábeis e considerou não haver riscos de continuidade nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que pudessem produzir efeitos significativos nos negócios da Companhia e conseqüentemente em sua posição patrimonial e financeira. A Companhia não sofreu e não espera sofrer impactos significativos em seus negócios decorrentes dessa pandemia nos negócios, nem em sua posição financeira e resultados. A Companhia mantém todas as suas previsões de produção e vendas de médio e longo prazos.

- **Julho/2020**

Em julho de 2020 a Companhia contratou hedge de minério de ferro com trava do índice PLATTS para uma quantidade limitada de minério em 2,9 milhões de toneladas com embarques compreendidos entre agosto e novembro de 2020. Em virtude da recente alta do índice PLATTS, até 31 de agosto de 2020 a Companhia acumulava perdas não realizadas de R\$247 milhões, das quais R\$32 milhões foram realizadas e liquidadas em 2 de setembro de 2020.

Em 16 de julho de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante R\$2.439 milhões, dos quais R\$1.359 milhões foram pagos a título de antecipação de dividendos no decorrer do ano de 2019 e R\$1.080 milhões foram pagos no dia 17 de julho de 2020.

Em 16 de julho de 2020, a Companhia concluiu as negociações para um contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro firmado com uma trading internacional. A transação envolve adiantamento em dinheiro no valor de US\$115 milhões referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 4 milhões de toneladas de minério de ferro, a ser executado num prazo de cinco anos, cujo recebimento antecipado ocorreu em 28 de agosto de 2020.

- **Outubro/ 2020**

Em 15 de outubro de 2020, a Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos no montante R\$1.300 milhões a serem pagos até 31 de outubro de 2020.

* * *

Declaração dos Diretores Executivos sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores Executivos da CSN Mineração S/A, declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

Declaração dos Diretores Executivos sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores Executivos da CSN Mineração S/A., declaramos, nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

(Página de Assinatura 1 de 4 da Declaração da Diretoria nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, para fins do pedido de registro de companhia aberta da CSN Mineração S.A.)

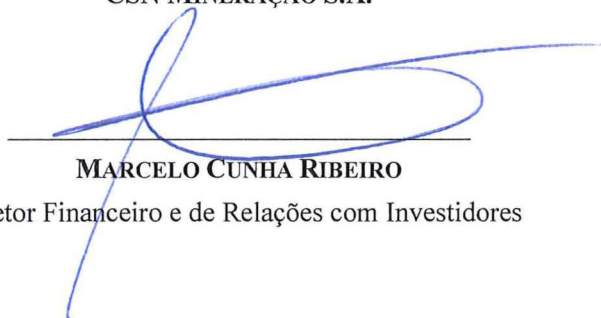
CSN MINERAÇÃO S.A.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.

ENÉAS GARCIA DINIZ
Diretor Superintendente

(Página de Assinatura 2 de 4 da Declaração da Diretoria nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, para fins do pedido de registro de companhia aberta da CSN Mineração S.A.)

CSN MINERAÇÃO S.A.



MARCELO CUNHA RIBEIRO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



(Página de Assinatura 3 de 4 da Declaração da Diretoria nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, para fins do pedido de registro de companhia aberta da CSN Mineração S.A.)

CSN MINERAÇÃO S.A.



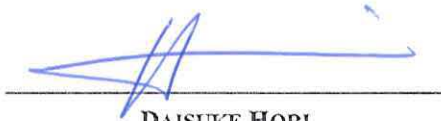
ARMANDO MAURÍCIO MAX

Diretor de Operações



(Página de Assinatura 4 de 4 da Declaração da Diretoria nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, para fins do pedido de registro de companhia aberta da CSN Mineração S.A.)

CSN MINERAÇÃO S.A.



DAISUKE HORI

Diretor de Planejamento Estratégico

